



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 202/11

Dispõe sobre a afixação de placas informativas nos estabelecimentos comerciais contendo o número telefônico de atendimento do PROCON-PR.

Art. 1º. Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, instalados no Estado do Paraná, deverão afixar placas informativas contendo o número telefônico de atendimento da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON – PR, bem como disponibilizar no local um exemplar do Código de Defesa do Consumidor.

Art. 2º. As placas deverão ser afixadas adequadamente, de modo a garantir ao consumidor clareza, precisão, ostensividade e legibilidade da informação apresentada, contendo:

- I – o nome “PROCON-PR”;
- II – a mensagem “Proteção e Defesa ao Consumidor”; e
- III – o número telefônico de atendimento do PROCON-PR.

Parágrafo único. O regulamento desta Lei definirá o tipo, a forma e o tamanho das placas a serem confeccionadas, bem como a área máxima que deverá ser atendida por cada placa.

Art. 3º. Os estabelecimentos comerciais que não se adequarem às normas estabelecidas por esta Lei, estarão sujeitos à penalidade pecuniária, de acordo com seu potencial econômico, aplicada em dobro nos casos de reincidência.

Parágrafo único. Caso haja alteração de número telefônico do PROCON-PR, os estabelecimentos comerciais terão o prazo de 30 (trinta) dias para se adequarem.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias decorridos da data de sua publicação oficial.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 239/11

Dispõe sobre a criação de um Cadastro de Fornecedores de sucatas metálicas ferrosas e não-ferrosas no Estado do Paraná.

Art. 1º. Fica instituído o Cadastro de Fornecedores de sucatas metálicas ferrosas e não-ferrosas em geral e o Termo de Responsabilidade Pessoal.

Art. 2º. Todos os comerciantes de materiais de reciclagem metálicos em geral, ferrosos e não-ferrosos, os desmontes, os ferros-velhos, os recicladores e os sucateiros deverão manter um Cadastro de Fornecedores de sucatas metálicas de suas operações comerciais mensais.

Art. 3º. O Cadastro de Fornecedores deverá conter o nome completo, o endereço, o número de documento de identificação (RG, Carteira de Habilitação) e o número de inscrição no CPF/MF, se pessoa física; e razão social, endereço, número de inscrição no CNPJ/MF, se pessoa jurídica, de todos os fornecedores de sucatas metálicas ferrosas e não-ferrosas em geral e, em ambos os casos, a individualização das aquisições com a datação e pesagem em quilogramas, de todas as compras efetuadas por fornecedor e este, por tipo de material.

Art. 4º. O cadastro a que se refere o art. 1º deverá ser mantido em ordem e atualizado e, sempre que solicitado, colocado à disposição dos organismos de fiscalização.

Art. 5º. O adquirente de sucatas metálicas ferrosas e não-ferrosas em geral exigirá do fornecedor o Termo de Responsabilidade Pessoal.

Parágrafo único. O Termo de Responsabilidade Pessoal, assinado pelo fornecedor, declarará, expressamente, a garantia do fornecedor pela procedência dos materiais ofertados, responsabilizando-se civil e penalmente pela venda, como forma de elidir a responsabilidade criminal dos adquirentes, sem prejuízo da reparação por perdas e danos.

Art. 6º. As concessionárias ou permissionárias e os órgãos de segurança pública instituirão canais diretos de comunicação, prestando suporte técnico, se necessário, e a devida assistência para a investigação de casos suspeitos.

Art. 7º. O Termo de Responsabilidade Pessoal assinado pelo fornecedor e a emissão do respectivo documento fiscal de compra e venda vinculam a origem dos materiais oferecidos e adquiridos pelas empresas referidas no art. 2º, e terão valor probante de idoneidade do ato negocial.

Parágrafo único. Nas diligências policiais serão, primeiramente, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei.

Art. 8º. Os documentos fiscais emitidos nas operações de compra e venda internas e externas em favor das empresas referidas no art. 2º substituirão o Cadastramento referido no art. 1º, para os efeitos desta Lei.

Art. 9º. O descumprimento desta Lei acarretará nas seguintes penalidades:

- I - multa de 1.000 a 10.000 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Paraná);
- II - apreensão, pelo órgão de Segurança Pública, de todo o material não cadastrado e suspeito;
- III - em caso de reincidência, a interdição do estabelecimento pelo prazo de até 90 (noventa) dias e o cômputo em dobro das penalidades pecuniárias.

Art. 10. Fica revogada a Lei Estadual n.º 14.647, de 23 de fevereiro de 2005.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2011.



ALEXANDRE GURI
PRESIDENTE



RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 377/11

Dispõe sobre a reversão do imóvel especificado ao patrimônio do Município de Santa Tereza do Oeste, pelo descumprimento da finalidade destinada para construção de um destacamento da Polícia Militar.

Art. 1º. O Poder Executivo, na forma da Lei, procederá a reversão ao patrimônio do Município de Santa Tereza do Oeste, do lote urbano nº 09 (nove), da quadra 124 (cento e vinte e quatro), com área de 525,00 m², sem benfeitorias, do loteamento Cidade e Chácaras Santa Tereza/PR, com divisas e confrontações constantes da Matrícula nº 16.269, do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, doado ao Estado do Paraná, através da Lei Municipal nº 227 de 02/05/1997.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR






COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 496/11

Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Festa Nacional do Frango", que se realiza no Município de Nova Santa Rosa.

Art. 1º. Fica inserida no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Festa Nacional do Frango", que se realiza anualmente no domingo posterior ao dia 29 de abril, em alusão ao aniversário de emancipação político-administrativa do Município Nova Santa Rosa.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


• RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 498/11

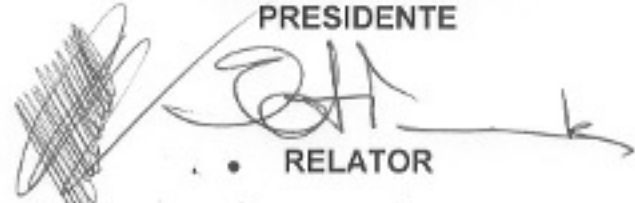
Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Festa Nacional do Cupim Assado", que se realiza no Município de Pato Bragado.

Art. 1º. Fica inserida no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Festa Nacional do Cupim Assado", que se realiza anualmente no terceiro final de semana do mês de março, em alusão ao aniversário de emancipação político-administrativa de Pato Bragado.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


• RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto de Lei nº 514/11

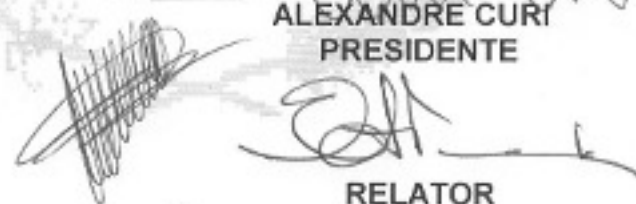
Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o "Dia do Rotariano Paranaense".

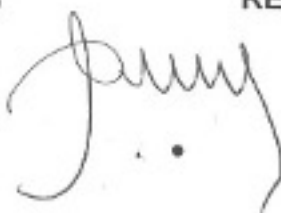
Art. 1º. Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Dia do Rotariano Paranaense", a ser comemorado, anualmente, no dia 27 de abril.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2011.


ALEXANDRE CURTI
PRESIDENTE


RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 790/11

Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o prato oficial do Município de Mariluz, denominado "Boi à Pupunha", a ser comemorando, anualmente, no dia 29 de novembro.

Art. 1º. Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o prato oficial do Município de Mariluz, denominado "Boi à Pupunha", a ser comemorando, anualmente, no dia 29 de novembro.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2011.


ALEXANDRE CURÍ
• **PRESIDENTE**


RELATOR






COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 791/11

Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o prato oficial do Município de Cascavel, denominado "Costelão de Fogo de Chão", a ser comemorado anualmente no dia 14 de novembro.

Art. 1º. Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o prato oficial do Município de Cascavel, denominado "Costelão de Fogo de Chão", a ser comemorado, anualmente, no dia 14 de novembro.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR




PROJETO DE LEI N.º 84/2011

Súmula: Institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

Art. 1º. Fica instituída a **Agência Paraná de Desenvolvimento – APD**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e de interesse e finalidade públicos, sob a modalidade de serviço social autônomo, nos termos desta Lei.

§ 1º. A Agência Paraná de Desenvolvimento fica vinculada, por cooperação, ao Governador do Estado, que supervisionará sua gestão e administração.

§ 2º. A Agência Paraná de Desenvolvimento terá sede e foro no Município de Curitiba e duração por tempo indeterminado.

§ 3º. Equivalem-se, para fins desta Lei, as expressões: Agência Paraná de Desenvolvimento, Agência de Desenvolvimento e a sigla APD.

Art. 2º. A APD tem por missão institucional a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, através da prestação de serviços de atração de investimentos econômicos ao Estado, com ênfase na identificação de oportunidades de negócios que resultem na conquista de novas empresas e, por consequência, na geração de empregos, na otimização do uso dos recursos energéticos e na modernização tecnológica.

Parágrafo único. A APD tem por missão também identificar as áreas potenciais de investimentos e pensar sobre as soluções que existem para introduzir as mudanças necessárias, buscando oportunidades de negócios, fomentando a economia das regiões, com vistas na identidade produtiva de cada um dos municípios do Estado.

Art. 3º. A APD tem por objetivos:

I – A identificação e proposição de soluções, aos problemas de infraestrutura que estejam, de alguma forma, dificultando o desenvolvimento das atividades econômicas das cadeias produtivas;

II – A articulação entre os entes públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, para a promoção de oportunidades de negócios e de geração de emprego e renda, fomentando convênios e parcerias público privadas;

GABINETE DO GOVERNADOR



- III – O auxílio aos municípios paranaenses no atendimento ao investidor e no desenvolvimento do ambiente de negócios;
- IV – A atração de novos investimentos, nacionais ou estrangeiros, bem como a promoção e o estímulo à expansão de empresas instaladas no Estado;
- V – O acompanhamento e o desenvolvimento da atividade empresarial, após a instalação da empresa;
- VI – A prospecção, no Brasil e no exterior, de oportunidades de investimentos no Estado;
- VII – A disponibilização aos agentes econômicos de informações técnicas, científicas e estratégicas que contribuam para o desenvolvimento do Estado;
- VIII – A promoção da imagem do Estado como destinatário de investimentos, mediante campanhas e ações;
- IX – O estabelecimento e a manutenção de intercâmbios com organismos de atuação similar, agentes financiadores e de fomento, e outros organismos nacionais e internacionais, que concorram para os mesmos objetivos;
- X – A sugestão de ações governamentais que visem ao desenvolvimento econômico;
- XI – A articulação com instituições de financiamento de apoio a programas de desenvolvimento;
- XII – A centralização e a elaboração de estudos estatísticos ligados à atividade econômica, valendo-se de trabalhos já desenvolvidos por outros órgãos do Estado;
- XIII – O exercício de outras atividades que estejam incluídas em seus objetivos sociais.

Art. 4º. A APD será constituída com recursos do Tesouro Geral do Estado mediante a abertura de Créditos Adicionais até o limite de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), servindo como recurso quaisquer das formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Adicionais de que trata este artigo.

Art. 5º. Constituem receitas da APD:

- I – Créditos orçamentários que lhe sejam consignados pelo orçamento geral do Estado;
- II – Recursos provenientes dos lucros decorrentes das ações das quais o Estado do Paraná é titular perante a Companhia Paranaense de Energia – COPEL, em valor anualmente autorizado pelo Chefe do Poder Executivo;
- III – Auxílios, doações, legados, subvenções federais, municipais e contribuições de pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, nacionais, estrangeiras e internacionais;
- IV – Recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos celebrados com pessoas de direito público ou privado, nos termos da legislação vigente;
- V – Outras rendas de qualquer natureza.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 6º. O patrimônio da APD será constituído de:

- I – Todos os bens móveis, imóveis, instalações e equipamentos que lhe forem destinados e dos que venha a adquirir;
- II – Doações e legados de pessoas físicas e jurídicas, nacionais, estrangeiras e internacionais; e
- III – Outros bens não expressamente referidos, vinculados ao exercício de suas atividades.

Art. 7º. A administração social da APD será exercida por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva, composta por 3 (três) membros, cuja remuneração será definida pelo Conselho de Administração e homologada pelo Governador do Estado.

§ 1º. A Diretoria Executiva é formada pelo Diretor-Presidente e dois Diretores-Auxiliares, de livre nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, sob indicação do Conselho de Administração.

§ 2º. O Conselho de Administração é composto pelos seguintes membros:

- I – O Diretor-Presidente da APD, como presidente do Conselho;
- II – O Secretário de Estado da Fazenda;
- III – O Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral;
- IV – O Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística;
- V – O Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul;
- VI – O Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Estado do Paraná;
- VII – O Procurador-Geral do Estado.

§ 3º. As autoridades componentes do Conselho de Administração poderão nomear representantes com plenos poderes para, em nome do órgão ou instituição, deliberarem no Conselho.

§ 4º. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, indicados pelo Conselho de Administração na forma estabelecida em estatuto, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, e nomeados pelo Governador do Estado.

§ 5º. O detalhamento da composição, as atribuições e competências dos órgãos diretivos da APD, bem como as formas de escolha e de destituição de seus membros, serão fixados em estatuto, sob os balizamentos desta lei, nomeados pelo Governador do Estado.

Art. 8º. A representação legal da APD será exercida pelo Diretor-Presidente.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 9º. A APD contará com quadro próprio de pessoal, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parágrafo único. Para o atendimento ao disposto no "caput" deste artigo, a APD procederá o processo de seleção de pessoal, precedido de edital com ampla divulgação, atendidos os princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade.

Art. 10º. A APD poderá celebrar contratos de gestão com os entes participantes, bem como convênios, ajustes, termos de parceria, termos de cooperação técnico-científica, além de contratos de prestação de serviços com quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, sempre que considere ser essa a solução mais vantajosa para a execução de suas finalidades, observados os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

Art. 11. O estatuto da APD, que detalhará as normas de funcionamento da Instituição, será aprovado pelo Conselho de Administração, devendo ser convalidado pelo Governador, observado o disposto nesta Lei.

Art. 12. As contas da APD serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, na forma da lei.

Art. 13. Em caso de extinção da APD, a integralidade do seu patrimônio será revertida ao Estado do Paraná, salvo se lei especial dispuser de outro modo.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 18 de outubro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 66/2011

Curitiba, 18 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva a criação da Agência Paraná de Desenvolvimento – APD.

A ideia de criação da Agência Paraná de Desenvolvimento, é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná. O papel da APD, nesse contexto de desenvolvimento, é fundamental às ações pretendidas pelo Estado, no sentido de dar apoio às diversas empresas já instaladas em seu território e, principalmente, atrair novos investimentos, que implicam a criação de novos postos de trabalho e aumento de renda.

A Agência Paraná de Desenvolvimento será, para tanto, capacitada para identificar as potencialidades do Estado e, uma vez mapeadas as áreas e necessidades, buscar empresas interessadas em aqui se instalarem e investirem.

A atuação da APD implicará a consolidação, modernização e expansão das atividades econômicas do Paraná, prospectando, induzindo e atraindo investimentos de maneira a ampliar o desenvolvimento sustentável do Estado.

Nesse sentido, a Agência deverá se comportar como uma extensão operacional do Governo na assistência às empresas e atração desses novos investimentos e projetos, atuando como articuladora entre empresários e investidores. Dessa forma, a APD terá a missão de apoiar as empresas do Estado para que se tornem mais competitivas e buscar investimentos para desenvolver cadeias produtivas de cada região, atraindo os projetos econômicos compatíveis.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Prot. 11.000.544-0 lhph

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

GABINETE DO GOVERNADOR



Assim, a economia do Estado do Paraná será fortalecida pela ação da Agência, na medida que terá funções centrais na execução da política industrial, na valorização da agricultura e na criação de mecanismos de inovação científica e tecnológica. Para isso, terá como premissa básica a harmonia entre economia, inclusão social e preservação do ambiente.

Portanto, espera-se que Vossas Excelências deem a atenção necessária à presente proposta legislativa, analisando-a, votando favoravelmente e, por consequência, transformando-a em Lei Ordinária, por medida de inteira justiça.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

24



GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 18 de outubro de 2011
OF CEE/G 162/11



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em 18/10/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 66/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva a criação da Agência Paraná de Desenvolvimento.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

17:22 18/10/2011 000132 000 ASSINATURA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 821/11

Projeto de Lei nº. 821/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 066/11

Súmula: Institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

EMENTA: INSTITUI A AGÊNCIA PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO – APD E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 170 E 174 CF. ARTS. 65, 66, 87, 133, 134 E 146 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo instituir a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei Complementar, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, é importante salientar que a ordem econômica brasileira está prevista no artigo 170 da Constituição Federal:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - soberania nacional;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre concorrência;
- V - defesa do consumidor;
- VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
- VII - redução das desigualdades regionais e sociais;
- VIII - busca do pleno emprego;
- IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Neste aspecto, o jurista Nelson Nery, em sua obra *Constituição Federal Comentada* afirmou o seguinte ao remeter-se ao caput deste artigo:

"4. Desenvolvimento econômico e social. A ordem econômica está vinculada ao desenvolvimento econômico em concomitância do social. Para atingir tal desiderato, a atividade econômica por parte do Estado precisa ser planejada de maneira integrada. A atuação econômica estatal deverá ser integrada a um planejamento ambiental que racionalize o aproveitamento energético, aquático e que esteja comprometido com a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. A atuação econômica também precisa estar integrada à pesquisa científica e tecnológica, em que toda a orientação está voltada para a promoção do bem estar dos cidadãos".¹

A Constituição Federal enuncia que o Estado exercerá como agente normativo e regulador da atividade econômica as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, nos termos do art. 174:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da

¹ NERY JUNIOR, Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. *Constituição Federal comentada e legislação constitucional*, São Paulo - SP: Revista dos Tribunais., 2009. 2 ed. pg. 639.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Não obstante, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa. (grifo nosso)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo, criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei. (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.









Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR

Concedido Vistas ao Senhor Deputado Tadeu Venari Em 25, 10, 2011 CCJ
--





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 821/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 66/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e de interesse e finalidade públicos, sob a modalidade de serviço social autônomo e adota outras providências.

Convém, preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão apresenta-se plenamente justificada.

Salienta-se ainda, na justificativa do autor que no caso de extinção da Agência Paraná de Desenvolvimento – APD, a integralidade do seu patrimônio será revertida ao Estado do Paraná, salvo se lei especial dispuser de outro modo.

Ainda, observe-se que a instituição da Agência Paraná de Desenvolvimento - APD, objeto da referida proposta, está em consonância com os arts. 66 e 87, da Carta Estadual, onde denota-se a competência privativa do Governador do Estado.

Assim sendo, não encontramos nada que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Sala das Comissões, 16/11/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR







Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~MINUTA DE ANTE~~ PROJETO DE LEI Nº 825/11

SÚMULA: Cria cargos de Juiz de Direito Substituto e incorpora as Seções Judiciárias das Comarcas de entrância final de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Guarapuava, alterando a Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

Art. 1.º Ficam criados nas Comarcas de entrância final de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Guarapuava, alterando o Anexo II, Tabela 2 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, os seguintes cargos:

- I - Na Comarca de Londrina, sete (7) cargos de Juiz de Direito Substituto;
- II - Na Comarca de Maringá, sete (7) cargos de Juiz de Direito Substituto;
- III - Na Comarca de Cascavel, três (3) cargos de Juiz de Direito Substituto;
- IV - Na Comarca de Ponta Grossa, quatro (4) cargos de Juiz de Direito Substituto;
- V - Na Comarca de Foz do Iguaçu, dois (2) cargos de Juiz de Direito Substituto;
- VI - Na Comarca de Guarapuava, dois (2) cargos de Juiz de Direito Substituto.

Art. 2.º Ficam incorporadas as Seções Judiciárias das Comarcas de entrância final de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Guarapuava, passando cada uma das referidas Comarcas, a ter composição de Seção Judiciária Única, conforme segue:

- I - Na Comarca de Cascavel, ficam incorporadas as 2ª, 3ª e 4ª Seções Judiciárias, que passam a formar a 2ª Seção Judiciária Única;
- II - Na Comarca de Foz do Iguaçu, ficam incorporadas as 5ª e 6ª Seções Judiciárias, que passam a formar a 3ª Seção Judiciária Única;
- III - Na Comarca de Guarapuava, ficam incorporadas as 7ª e 8ª Seções Judiciárias, que passam a formar a 4ª Seção Judiciária Única;
- IV - Na Comarca de Londrina, ficam incorporadas as 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Seções Judiciárias, que passam a formar a 5ª Seção Judiciária Única;
- V - Na Comarca de Maringá, ficam incorporadas as 14ª e 15ª Seções Judiciárias, que passam a formar a 6ª Seção Judiciária Única;
- VI - Na Comarca de Ponta Grossa, ficam incorporadas as 16ª e 17ª Seções Judiciárias, que passam a formar a 7ª Seção Judiciária Única;

Art. 3.º Ficam alterados os Anexos V e IX, Tabela 1, da Lei citada no artigo 1º.

Art. 4.º Fica alterado o parágrafo segundo, do artigo 223, da Lei mencionada no artigo 1º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

8146 / DAP



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

8146



“§ 2.º Na Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e nas Comarcas de entrância final de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Guarapuava, a competência do Juiz de Direito Substituto será definida por Resolução”.

Art. 5.º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
SEÇÕES JUDICIÁRIAS — ANEXO II — TABELA 2

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA SEDE	SEÇÃO COMARCA / VARA	ENTRÂNCIA	Juiz Subst.	Juiz de Direito Subst.	TOTAL
2ª	CASCABEL	Seção Única	FINAL		6	6
3ª	FOZ DO IGUAÇU	Seção Única	FINAL		6	6
4ª	GUARAPUAVA	Seção Única	FINAL		4	4
5ª	LONDRINA	Seção Única	FINAL		12	12
6ª	MARINGÁ	Seção Única	FINAL		9	9
7ª	PONTA GROSSA	Seção Única	FINAL		6	6
18ª						
.....						
TOTAL				45	43	88

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total		
.....									
Cascavel	Final			11	3	6	20		
Foz do Iguaçu	Final			12	3	6	21		
Guarapuava	Final			8	3	4	15		
Londrina	Final			25	6	12	43		
Maringá	Final			15	4	9	28		
Ponta Grossa	Final			11	3	6	20		
SUBTOTAL				82	22	43	147		
.....									

24

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277/2003 CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1							
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado do Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
.....							
Cascavel					5		9
Foz do Iguaçu					5		8
Guarapuava					4		8
Londrina					9		16
Maringá					7		9
Ponta Grossa					4		6
SUBTOTAL	0	0	15	8	34	-1	56





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto de Lei originado a partir do protocolado de nº 71.865/2009, tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), no âmbito do artigo 223 e da composição de seus Anexos, visando a criação de vinte e cinco (25) cargos de Juiz de Direito Substituto e a incorporação das seções judiciárias das comarcas de entrância final de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Guarapuava, passando a constar em cada comarca, uma Seção Judiciária Única.

De conformidade com a decisão unânime da Douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias em Sessão Ordinária na data de 09 de novembro de 2009, *"deliberou pela aprovação da criação de cargos de Juiz de Direito Substituto nas Comarcas de Entrância Final do Estado, a saber: 05 (cinco) cargos na Comarca de Londrina; 05 (cinco) cargos na Comarca de Maringá; 04 (quatro) cargos na Comarca de Cascavel; 04 (quatro) cargos na Comarca de Ponta Grossa; 02 (dois) cargos na Comarca de Foz do Iguaçu; 02 (dois) cargos na Comarca de Guarapuava. Bem como, a incorporação das Seções Judiciárias existentes nas mencionadas comarcas, passando a constar, em cada Comarca de Entrância Final, uma única Seção Judiciária;*

Posteriormente, e acatando proposição no sentido indicado, o egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 05 de setembro de 2011, aprovou a proposição de criação desses vinte e dois cargos assim como a incorporação das Seções Judiciárias, alterando, todavia a distribuição dos novos cargos de Juiz de Direito Substituto, da seguinte forma: sete (07) para a Comarca de Londrina, sete (07) para a Comarca de Maringá, dois (02) para a Comarca de Cascavel, dois (02) para a Comarca de Ponta Grossa, dois (02) para a Comarca de Foz do Iguaçu e dois (02) para a Comarca de Guarapuava.

Em nova sessão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, levada a efeito em 14 de outubro de 2011, foi deliberado pelo aditamento da proposição anterior com a criação de mais três (03) dos cargos em comento, sendo dois (02) para Ponta Grossa e um (01) para Cascavel. Nestes termos a presente proposta, assim resumida quanto aos cargos de Juiz de Direito Substituto a serem criados: sete (07) para a Comarca de Londrina, sete (07) para a Comarca de Maringá, três (03) para a Comarca de Cascavel, quatro (04) para a Comarca de Ponta Grossa, dois (02) para a Comarca de Foz do Iguaçu e dois (02) para a Comarca de Guarapuava.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



A incorporação das Seções Judiciárias nas Comarcas de Entrância Final e a criação dos vinte e cinco (25) cargos para a estruturação das Seções Judiciárias ora incorporadas (Art. 1º do anteprojeto de lei), altera o Anexo II, Tabela 2, V e IX, Tabela 1, da Lei Estadual 14.277/2003.

Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com a redação final, vez que é parte integrante dessa Lei.

O impacto financeiro da presente proposta, a entrar em vigor no exercício de 2012, totaliza o valor anual de R\$ 9.973.309,22 (nove milhões, novecentos e setenta e três mil, trezentos e nove reais e vinte e dois centavos), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, não ultrapassando o limite de gastos com pessoal e encargos, de acordo com a Lei Complementar 101/2000 – LRF, cuja participação no período de setembro/2010 a agosto/2011 (conforme respectivo Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal), ficou em 3,96% (três vírgula noventa e seis por cento) da Receita Corrente Líquida; portanto abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da citada Lei de Responsabilidade Fiscal.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria cargos de Juiz de Direito Substituto e incorpora as Seções Judiciárias das Comarcas de Entrância Final de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Guarapuava, possui adequação com a proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2012 e compatibilidade com a proposta do Plano Plurianual – PPA, 2002-2015.

Curitiba, 24 de outubro de 2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

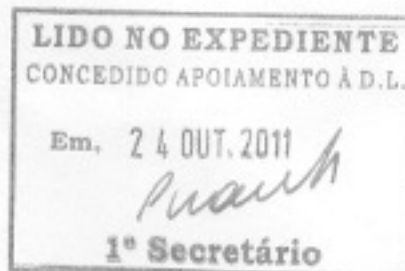


Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 24 de outubro de 2011.
Of. nº 1431/2011-GP



A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Senhor Presidente:

Em, 24 / 10 / 2011

Presidente

Encaminho a Vossa Excelência para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação de vinte e cinco (25) cargos de Juiz de Direito Substituto para as Comarcas de entrância final de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Guarapuava, bem como unifica as Seções Judiciárias dessas mesmas Comarcas.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 825/11

Projeto de Lei nº. 825/11
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria cargos de Juiz de Direito Substituto e incorpora as Seções Judiciárias das Comarcas de entrância final de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Guarapuava, alterando a Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

EMENTA: CRIA CARGOS DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO E INCORPORA AS SEÇÕES JUDICIÁRIAS DAS COMARCAS DE ENTRÂNCIA FINAL DE LONDRINA, MARINGÁ, CASCAVEL, PONTA GROSSA, FOZ DO IGUAÇU E GUARAPUAVA, ALTERANDO A LEI ESTADUAL Nº 14.277 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 [Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná], no âmbito do artigo 223 e da composição de seus anexos, visando a criação de 25 (vinte e cinco) cargos de Juiz de Direito Substituto e a incorporação



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



das seções judiciárias das comarcas de entrância final de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Guarapuava, passando a constar em cada comarca uma Seção Judiciária Única.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:
b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores,
onde houver;

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de
Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléa Legislativa, observado o
disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração
dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem
vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus
membros e dos juizes, observado o que dispõem os
arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição
Federal;

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola
a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que
acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa
do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador
da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e
financeira, tendo em vista que possui adequação com a proposta
orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2012 e
compatibilidade com a proposta do Plano Plurianual – PPA, 2012-2015

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a
competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em
questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR












ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 825/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1431/11, com o objetivo de criar cargos de Juiz de Direito Substituto e incorpora as Seções Judiciárias das Comarcas de Entrância Final de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Guarapuava, alterando a Lei estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

Preliminarmente ressaltamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após a devida análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que compete a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Informa ainda o autor que o impacto financeiro da presente proposta, a entrar em vigor no exercício de 2012, totaliza o valor anual de R\$9.973.309,22 (nove milhões, novecentos e setenta e três mil, trezentos e nove reais e vinte e dois centavos).

Ressalta-se ainda, que a proposta vem acompanhada da declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2012, e compatibilidade com a proposta do Plano Plurianual – PPA 2012 – 2015, estando ainda em atenção com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Com base no acima exposto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

É o parecer.

Sala das Comissões,

16/11/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR







Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI Nº 826/11

EMENTA: Eleva a Comarca de Antonina da entrância inicial para a entrância intermediária, cria a 60ª Seção Judiciária com sede na referida Comarca e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 1.º Fica a Comarca de Antonina, de entrância inicial, elevada para entrância intermediária, desmembrando-se o Juízo Único em 2 (duas) Varas distintas, nos termos do art. 225 da Lei Estadual nº 14.277/2003.

Art. 2.º Fica alterado o artigo 263 da Lei Estadual nº 14.277/2003, com o desmembramento do Juízo Único da Comarca de Antonina, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 263. Fica criado nas Comarcas de entrância intermediária o seguinte:

I -

(...)

XXIX - na Comarca de Antonina:

a) Vara Cível e de Direito Ambiental, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

(...)"

Art. 3.º Fica alterado o art. 264 da Lei Estadual nº 14.277/2003, pela elevação da Comarca de Antonina à entrância intermediária, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 264. Ficam elevados à entrância final a Comarca de Guarapuava e à entrância intermediária as Comarcas de Guaratuba, Matinhos, São Mateus do Sul, Sarandi, Andirá, Chopinzinho, Matelândia, Quedas do Iguaçu e Antonina."

Art. 4.º Fica criada a 60ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Antonina, de entrância intermediária, integrada pela Sede e pela Comarca de Morretes, de entrância inicial.

Parágrafo Único. A 41ª Seção Judiciária fica integrada e sediada pela Comarca de Paranaguá.

Art. 5.º Ficam criados 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária para a Comarca de Antonina e 1 (um) cargo de Juiz Substituto, para a 60ª Seção Judiciária.

Art. 6.º Ficam alterados os Anexos I, II, Tabela 2, IV, V, VII e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 2º.

Art. 7.º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CODIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIARIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS - ENTRÂNCIA FINAL, INTERMEDIARIA E INICIAL

D. L.
Fls. 03
Q

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
SEÇÕES JUDICIÁRIAS — ANEXO II — TABELA 2

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA SEDE	COMARCA / VARA	ENTRÂNCIA	Juiz Subst.	Juiz de Direito Subst.	TOTAL
41ª	PARANAGUÁ	PARANAGUÁ	INTERM	2		2
60ª	ANTONINA	ANTONINA Mortais	INTERM INICIAL	1		1



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

ANTONINA - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

Vara Cível e de Direito Ambiental, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família

Juizado Especial Cível e Criminal

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
.....									
Antonina	Interm.			2			1	3	
.....									
.....									
Antonina	Inicial								
.....									



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1							
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA							
Antonina			1			1	2
Antonina							

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado pelo protocolado de nº 371.085/2009, tem por finalidade promover a elevação da Comarca de Antonina da entrância inicial para a entrância intermediária, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços nas diversas Comarcas do Estado.

A proposta prevê, também, o desmembramento do Juízo Único em duas Varas distintas, nos termos do estabelecido no art. 225, inciso II, da Lei Estadual nº 14.277/2003, combinado com o art. 2º da Lei 16.023/2008.

A nova composição da comarca abrangerá duas Varas (Vara Cível e de Direito Ambiental, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, e Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família) e atenderá uma população de aproximadamente 26.700 habitantes e um total de 17.200 processos em andamento.

Cria-se, ainda, uma nova Seção Judiciária, a 60ª, com aproximadamente 42.400 habitantes, composta pelas Comarcas de Antonina, de entrância intermediária segundo o ora proposto, e Morretes, de entrância inicial.

Como consequência dessa nova Seção Judiciária teremos, além da presteza no atendimento das causas locais, reflexos positivos na conhecida sobrecarga de trabalho na 41ª Seção Judiciária, com sede em Paranaguá.

A elevação da Comarca de Antonina de entrância inicial para a entrância intermediária, bem como a criação de nova Seção Judiciária na aludida Comarca, integrada pela Comarca de Morretes, foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em manifestação datada de 21 de setembro de 2011 e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por maioria de votos, em Sessão realizada no dia 23 de setembro de 2011.





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que é parte integrante da mesma.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando o desmembramento do juízo único em duas varas distintas e a criação de nova Seção Judiciária, o que demanda a criação de mais um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária e de mais um cargo de Juiz Substituto, bem como o preenchimento de cargos de analistas e de técnicos judiciários para o desempenho das funções, totaliza o valor anual de R\$ 932.477,22 (novecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e setenta e sete reais e vinte e dois centavos), a serem suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça e pelo orçamento do Fundo da Justiça, respectivamente.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao período de setembro/2010 a agosto/2011, situou-se em 3,96% (três vírgula noventa e seis por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que eleva a Comarca de Antonina da entrância inicial para intermediária, desmembra o juízo único, cria mais uma vara e cria a 60ª Seção Judiciária com Sede na referida Comarca, possui adequação com a lei orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007.

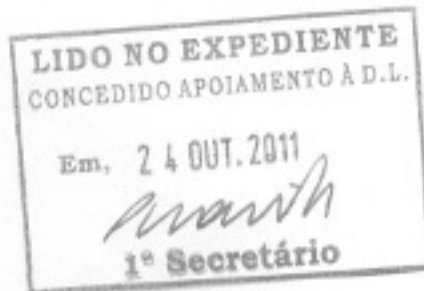
Curitiba, 24 de outubro de 2011.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 24 de outubro de 2011.
Of. nº 1432/2011-GP

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

Senhor Presidente:

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, _____

Presidente

Encaminho a Vossa Excelência para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a elevação da Comarca de Antonina da entrância inicial para entrância intermediária, desmembra o juízo único, cria mais uma vara assim como a 60ª Seção Judiciária, com Sede na referida Comarca.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

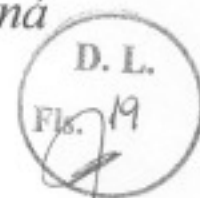
Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 826/11

Projeto de Lei nº. 826/11
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Eleva a Comarca de Antonina da entrância inicial para a entrância intermediária, cria a 60ª Seção Judiciária com sede na referida Comarca e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual n.º. 14.277 de 30 de Dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

EMENTA: ELEVA A COMARCA DE ANTONINA DA ENTRÂNCIA INICIAL PARA A ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa elevar a Comarca de Antonina da entrância inicial para a entrância intermediária, visando à expansão da prestação jurisdicional no Estado.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

- a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;**
- d) propor a criação de novas varas judiciárias;**

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da alteração da organização e da divisão judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

- d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;**

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual n. 15.757/2007.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO CÉSAR SILVESTRI FILHO
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 826/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposta de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1432/11, com o objetivo de elevar a Comarca de Antonina da entrância inicial para a entrância intermediária, cria a 60ª Seção Judiciária com sede na referida Comarca e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, ao estudar a proposta, exarou, em relação aos aspectos constitucional e regimental o competente parecer favorável a matéria em questão.

Na vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Com relação ao impacto financeiro da presente proposta, considerando o desmembramento do juízo único em duas varas distintas e a criação da nova Seção Judiciária, o que demanda a criação de mais um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária e de mais um cargo de Juiz Substituto, bem como o preenchimento de cargos de Analistas e de Técnicos Judiciários para o desempenho das funções, totaliza o valor anual de R\$932.477,22 (novecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e setenta e sete reais e vinte e dois centavos), que serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça e pelo orçamento do Fundo da Justiça, respectivamente.

A proposta vem ladeada da declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que possui adequação com a lei orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2008 – 2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007, estando ainda em atenção com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Isto posto, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 16/11/11

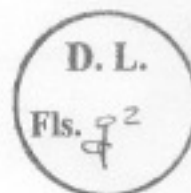

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI Nº 828/11

EMENTA: Altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Cianorte e adota outras providências.

Art. 1º Fica criada a 2ª Vara Cível na Comarca de Cianorte, entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º Fica alterado o artigo 263 da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido do inciso XXVIII, com a seguinte redação:

"Art. 263.....

(...)

XXVIII – na Comarca de Cianorte:

a) a 2ª Vara Cível."

Art. 3º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito para a Comarca de Cianorte, de entrância intermediária.

Art. 4º Ficam alterados os Anexos IV, V, e IX Tabela 1 da Lei referida no art. 1º.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

CIANORTE - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

1ª Vara Cível

2ª Vara Cível



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ										
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003										
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V										
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total		
.....										
Cianorte	Interm.			4	1		1	6		
.....										

X

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
.....							
.....							
.....							
Cianorte			1	1			2
.....							

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade criar a 2ª Vara Cível na Comarca de Cianorte, entrância intermediária, conforme consta do protocolado de nº 124.265/2009, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele Foro.

A proposta altera o art. 263, da Lei Estadual nº 14.277/2003, combinado com o art. 2º da Lei 16.023/2008.

O Foro Judicial da referida Comarca abrangerá duas Varas Cíveis, uma Vara Criminal, uma Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e atenderá uma população de aproximadamente 95.482 habitantes e um total de 15.946 processos em andamento.

A criação da 2ª Vara Cível na Comarca de Cianorte, entrância intermediária, foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em deliberação datada de 20 de setembro de 2010, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em Sessão realizada no dia 23 de setembro de 2011.

Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que é parte integrante da mesma.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação de mais um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária, totaliza o valor anual aproximado de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível, são objeto da Lei Estadual nº 16.023/2008, e a despesa decorrente (estimada em R\$ 530.000,00, anuais) será às expensas do Fundo da Justiça, criado pela Lei Estadual nº 15.942 de 03 de setembro de 2008.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao período de setembro/2010 a agosto/2011, situou-se em 3,96% (três vírgula noventa e seis por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Cianorte, de entrância intermediária, possui adequação com a lei orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007.

Curitiba, 24 de outubro de 2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

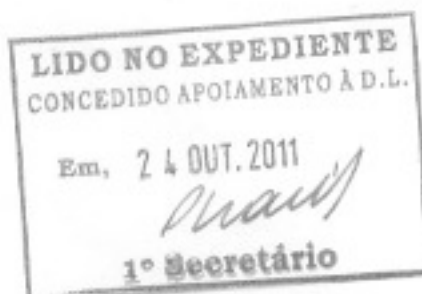


Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 24 de outubro de 2011.
Of. nº 1434/2011-GP



A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

Senhor Presidente:

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, _____

[assinatura]

Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da 2ª Vara Cível da Comarca de Cianorte, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

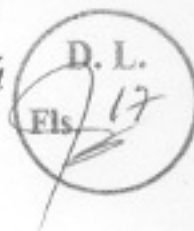
Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

[assinatura]
MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 828/11

Projeto de Lei nº. 828/11
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Altera a Lei Estadual n.º. 14.277 de 30 de Dezembro de 2003 e cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Cianorte e adota outras providências.

EMENTA: CRIAÇÃO DA 2ª VARA CÍVEL NA COMARCA DE CIANORTE. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar a 2ª Vara Cível na Comarca de Cianorte, visando à expansão da prestação jurisdicional no Estado.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual n. 15.757/2007.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

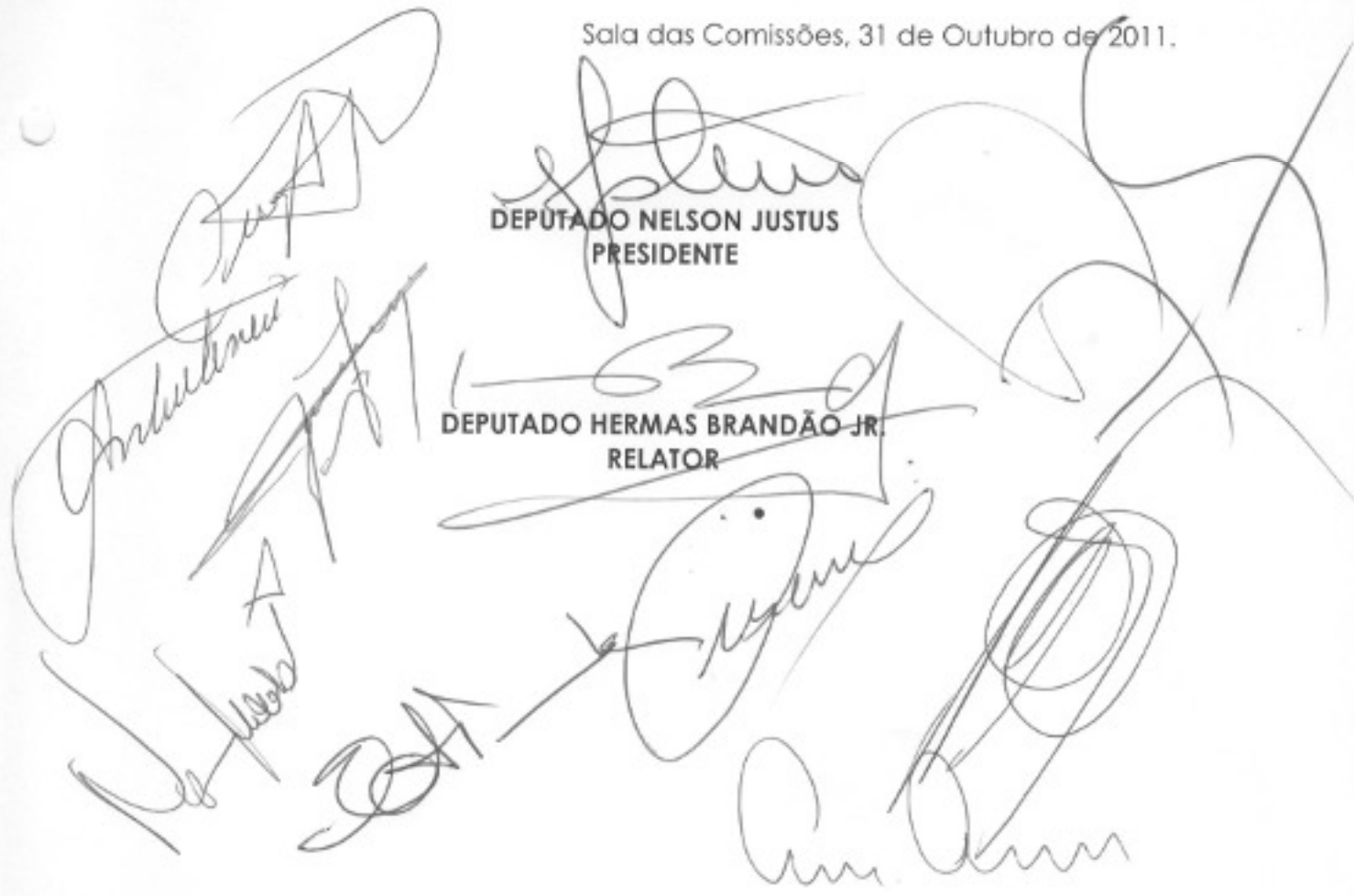
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 31 de Outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR.
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 828/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1434/11, com o objetivo de alterar a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Cianorte de entrância intermediária e adota outras providências.

Quando da análise pela douta Comissão de Constituição e Justiça, a mesma exarou, em relação aos aspectos constitucional e regimental o competente parecer favorável a matéria em questão.

Na vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Com relação ao impacto financeiro da presente proposta, observamos que a criação de mais um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária, totaliza o valor anual aproximado de R\$380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), a ser suportado pelo parlamento próprio do Tribunal de Justiça, e em relação aos cargos de Analistas e Técnicos Judiciários com despesa estimada em R\$530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais) anuais e será às expensas do Fundo da Justiça, criado pela Lei Estadual nº 15.942, de 03 de setembro de 2008.

Ressalta-se ainda, que a proposta vem acompanhada da declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes com o Projeto em tela possui adequação com a lei orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2008 – 2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007, estando ainda em atenção com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Assim sendo, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 16/11/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR

~~ANTE~~ PROJETO DE LEI Nº 829/11

EMENTA: Altera a Lei Estadual n.º 16.746, de 29 de dezembro de 2010, e eleva o valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.


Art. 1.º O valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná fica alterado dos atuais R\$ 300,00 (trezentos reais) para R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Art. 2.º O art. 3.º, da Lei Estadual n.º 16.746, de 29 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º O auxílio-alimentação é fixado em R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e será custeado com recursos do orçamento consignado ao Poder Judiciário, o qual deverá incluir na proposta orçamentária os recursos necessários à manutenção desse auxílio, que será reajustado anualmente, de acordo com o índice oficial de preços ao consumidor, por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, observado os limites da Lei Complementar n.º 101/00."

Art. 3.º O valor do auxílio-alimentação previsto no art. 1.º somente sofrerá reajuste, após a publicação da presente lei, em prazo não inferior a um (1) ano, na mesma data da revisão geral anual dos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário, estabelecida no art. 5.º, da Lei Estadual n.º 16.165, de 06 de julho de 2009.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor em 1.º de janeiro de 2012, observados os limites da Lei Complementar n.º 101/00.



JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto de lei visa a alterar o art. 3.º, da Lei Estadual n.º 16.746, de 29 de dezembro de 2010, para reajustar o valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, passando dos atuais R\$ 300,00 (trezentos reais) para R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

O auxílio-alimentação, concedido em pecúnia e pago de forma proporcional aos dias trabalhados, é concedido atualmente aos servidores do Poder Judiciário, neles incluídos os ocupantes de cargos em comissão.

A proposta de reajuste de aproximadamente 33% (trinta e três por cento) do valor do auxílio-alimentação tem por objetivo a melhoria na qualidade de vida e subsistência dos Servidores do Poder Judiciário de nosso Estado.

No percentual acima citado está compreendido, além da variação do índice oficial de preços ao consumidor para o ano de 2011, cuja expectativa é de 6,52%, de acordo com o Relatório de Mercado do Banco Central do Brasil, de 23 de setembro do corrente, percentual de aumento real. Isto se deve à elevação do custo das refeições – e visa, também a corrigir defasagem inicial, quando instituído o auxílio, decorrente de limitações orçamentárias.

Por este motivo, o art. 3.º da presente proposta determina que o auxílio-alimentação somente sofrerá a incidência de reajuste a partir da vigência da presente lei (janeiro de 2012), observado prazo não inferior a um ano, e em data correspondente ao da revisão geral anual dos servidores do Poder Judiciário, estabelecida no art. 5.º, da Lei Estadual nº 16.165, de 06 de julho de 2009.

A exigência de prazo não inferior a um ano para a incidência do reajuste, bem assim a coincidência com a data da revisão geral anual dos vencimentos dos servidores, é medida adotada a fim de uniformizar a data dos futuros reajustes.

Desta forma, a próxima recomposição do auxílio-alimentação ocorrerá na forma do art. 5.º, da Lei Estadual nº 16.165/09, ou seja, primeiro (1.º) de maio de 2013, porquanto deverá ser observado não inferior a um (1) ano para tal incidência.



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Observe-se, ainda, que diante do reajuste ora concedido compreender a correção monetária referente ao período posterior à data da publicação da Lei Estadual n.º 16.746/2010, até dezembro de 2011, o reajuste a ser concedido em 2013 compreenderá período de dezesseis (16) meses, ou seja, janeiro de 2012 a abril de 2013 – circunstância também levada em consideração ao se estabelecer o "quantum" da elevação ora prevista.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta corresponde ao acréscimo mensal de aproximadamente R\$ 107.400,00 (cento e sete mil quatrocentos reais), suportados pelo FUNJUS, e de R\$ 443.300,00 (quatrocentos e quarenta e três mil e trezentos reais), custeados pelo Orçamento Geral do Tribunal de Justiça.

Tais despesas representam incremento anual do valor de R\$ 1.288.800,00 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais) ao orçamento do FUNJUS e R\$ 5.319.600,00 (cinco milhões trezentos e dezenove mil e seiscentos reais), no orçamento geral do Poder Judiciário, para o exercício de 2012. A previsão é de igual valor, para os exercícios de 2013 e 2014, devidamente atualizado.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 2.º Quadrimestre de 2011, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,96% (três vírgula noventa e seis por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o art. 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal (5,7% - cf. art. 22, parágrafo único).

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2012 – e compatibilidade com a proposta do Plano Plurianual (PPA) 2012 – 2015.

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça na Sessão Ordinária realizada em 05 de setembro de 2010.

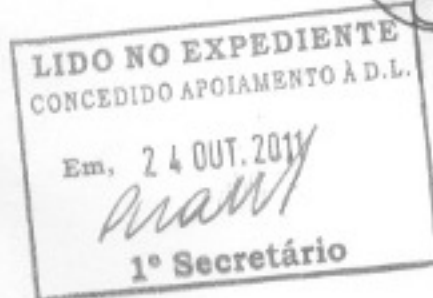


Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

D. L.
Fls. 05

Curitiba, 24 de outubro de 2011.
Of. nº 1435/2011-GP



A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

Senhor Presidente:

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em, ____/____/____

Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a alteração do valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que reajusta o valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, consta da proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2012 e possui compatibilidade com a proposta do Plano Plurianual – PPA, 2012-2015.

Curitiba, 24 de outubro de 2011.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 829/11

Projeto de Lei nº. 829/11
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Altera a Lei Estadual nº 16.746, de 29 de dezembro de 2010, e eleva o valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

EMENTA: ALTERA A LEI 16.746/2010 E REAJUSTA O VALOR DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO CONCEDIDO AOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DE R\$300,00 (TREZENTOS REAIS) PARA R\$400,00 (QUATROCENTOS REAIS) MENSAIS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 27, 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça altera o art. 3º da Lei Estadual nº 16.746, de 29 de dezembro de 2010, para majorar dos atuais R\$300,00 (trezentos reais) para R\$400,00 (quatrocentos reais) o valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Na mesma esteira a Constituição Estadual estabelece:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observados o que dispõem os



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

O artigo 27 da Constituição Estadual, estabelece que a remuneração dos servidores somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2011, compatibilizado com o Plano Plurianual – PPA, 2012-2015.


Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

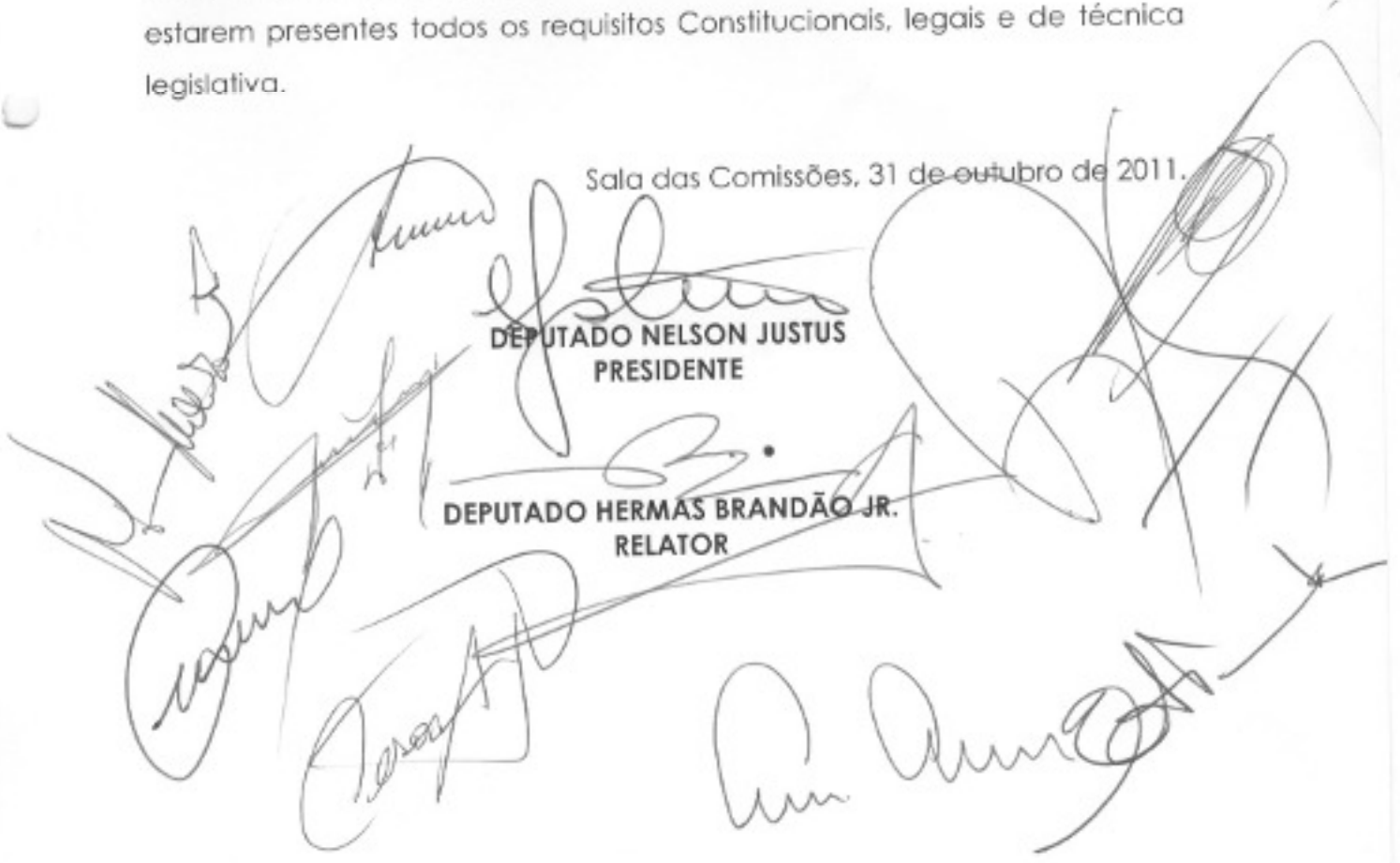
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR.
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 829/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1435/11, com o objetivo de alterar a Lei Estadual nº 16.747, de 29 de dezembro de 2010, e eleva o valor do auxílio alimentação concedido aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Preliminarmente ressaltamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após a devida análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que compete a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Esclarecendo também que, o valor será elevado dos atuais R\$300,00 (trezentos reais) para R\$400,00 (quatrocentos reais).

Informa ainda o autor que o impacto financeiro da presente proposta corresponde ao acréscimo mensal de aproximadamente de R\$107.400,00 (cento e sete mil e quatrocentos reais), suportados pelo FUNJUS, e de R\$443.300,00 (quatrocentos e quarenta e três mil e trezentos reais) custeados pelo Orçamento Geral do Tribunal de Justiça.

De igual modo informa ainda o autor que as despesas representam incremento anual do valor de R\$1.288.800,00 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais) ao orçamento do FUNJUS e R\$5.319.600,00 (cinco milhões trezentos e dezenove mil e seiscentos reais), no orçamento geral do Poder Judiciário, para o exercício de 2012, sendo que a previsão é de igual valor, para os exercícios de 2013 e 2014, devidamente atualizado, sempre observando-se os limites da Lei Complementar nº 101/00.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Ressalta-se ainda, que a proposta vem acompanhada da declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2012 – e compatibilidade com a proposta do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015.

Sendo assim, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

16/11/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO MARLA TURECK
RELATOR







Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI~~ N.º 830/11

EMENTA: Dispõe sobre o adicional de férias previsto no art. 7.º, inc. XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil, e no art. 34, inc. X, da Constituição do Estado, em relação aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 1.º Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, adicional correspondente a, no mínimo, um terço (1/3) da última remuneração.

§ 1.º No caso de o servidor ocupar cargo em comissão ou exercer função de direção, chefia ou assessoramento, as respectivas vantagens serão consideradas no cálculo do adicional de que trata este artigo.

§ 2.º O Presidente do Tribunal de Justiça estabelecerá, por Decreto, o percentual do adicional de que trata a presente lei, respeitado o contido no *caput*, a previsão orçamentária e a disponibilidade financeira para sua execução.

Art. 2.º Fica revogado o art. 84, da Lei n.º 16.024, de 19 de dezembro de 2008.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1.º de janeiro de 2012.



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto de lei dispõe sobre o adicional de férias previsto no art. 7.º, inc. XVII, da Constituição Federal, e no art. 34, inc. X, da Constituição do Estado do Paraná, no que pertine aos servidores do Poder Judiciário do Paraná.

Tem a finalidade de regulamentar os referidos dispositivos constitucionais, no âmbito do Poder Judiciário, readequando a questão ora vigente quanto aos servidores posto que a Lei Estadual .n.º 16.024, de 19 de dezembro de 2008, em seu artigo 84, contraria os textos constitucionais, por limitar a gratificação a um terço (1/3) da última remuneração, ao passo que as Cartas Federal e Estadual disciplinam que tal gratificação será de, **no mínimo**, um terço (1/3).

Com a aprovação da presente proposta, aos servidores do Poder Judiciário é retirada a *capitis deminutio* em questão, sendo-lhes restituída, na integralidade, a regra constitucional.

Por sua vez, o §2.º do art. 1.º da proposição em exame, remete o estabelecimento do percentual do adicional em comento a Decreto Judiciário, sempre de acordo com previsão orçamentária, disponibilidade financeira para sua execução e observância dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por fim, registra-se que a presente proposta de anteprojeto de Lei foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, em Sessão Ordinária realizada a 05 de setembro de 2011.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que versa sobre o adicional de férias de servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, constam da proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2012 e possui compatibilidade com a proposta do Plano Plurianual – PPA, 2012-2015.

Curitiba, 24 de outubro de 2011.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

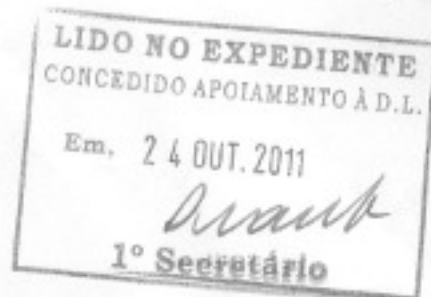


Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

D. L.
Fls. 05

Curitiba, 24 de outubro de 2011.
Of. nº 1436/2011-GP



A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

Senhor Presidente:

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, ____/____/____

Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o adicional de férias, previsto no art. 7º, XVII, da Constituição Federal, e no art. 34, X, da Constituição do Estado do Paraná, quanto aos servidores do Poder Judiciário do Estado.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 830/11

Projeto de Lei nº. 830/11
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Dispõe sobre o Adicional de Férias Previsto no Art. 7º, Inc. XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil, e no Art. 34, Inc. X, da Constituição do Estado, Em Relação aos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná

EMENTA: ADICIONAL DE FÉRIAS AOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 27, 65 E 101 DA CE. DECLARAÇÃO DE IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça dispõe sobre o Adicional de Férias Previsto no Art. 7º, Inc. XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil, e no Art. 34, Inc. X, da Constituição do Estado, em relação aos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Na mesma esteira a Constituição Estadual estabelece:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



membros e dos juízes, observados o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

O artigo 27 da Constituição Estadual, estabelece que a remuneração dos servidores somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, compatibilizado com o Plano Plurianual – PPA, 2012-2015.


Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.







CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 830/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1434/11, com o objetivo de alterar a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Cianorte de entrância intermediária e adota outras providências.

Quando da análise pela douta Comissão de Constituição e Justiça, a mesma exarou, em relação aos aspectos constitucional e regimental o competente parecer favorável a matéria em questão.

Na análise desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que com relação ao impacto financeiro da presente proposta, as despesas decorrentes do adicional de férias dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, constam da proposta orçamentária daquele Poder para o exercício financeiro de 2012 e possui compatibilidade com a proposta do Plano Plurianual PPA, 2012-2015, de acordo com a declaração do ordenador da despesa, estando ainda em atenção com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Assim sendo, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 16/11/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR




~~PROJETO DE LEI~~ PROJETO DE LEI Nº 832/11

EMENTA: Institui o auxílio-saúde a magistrados e servidores de cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 1.º A assistência à saúde dos magistrados e servidores efetivos, ativos e inativos dos Quadros do Poder Judiciário compreende assistência médica e hospitalar e terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema de Assistência à Saúde - SAS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, ou ainda por meio de auxílio, mediante ressarcimento, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único. O valor do ressarcimento fica limitado ao total despendido pelo magistrado ou servidor, inclusive seus dependentes, com plano ou seguro privado de assistência à saúde.

Art. 2.º O auxílio-saúde tem natureza indenizatória e não se incorpora ao subsídio, vencimento, remuneração, provento ou pensão e não está sujeito à tributação de imposto de renda e contribuição previdenciária.

Art. 3.º Não será devido o auxílio-saúde ao magistrado ou servidor em licença ou afastamento sem remuneração ou, ainda, que receber verbas de espécie semelhante, tais como vantagens pessoais originárias de qualquer forma de auxílio ou benefício à saúde.

Art. 4.º O auxílio-saúde será pago aos magistrados e servidores consoante a respectiva faixa etária, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 5.º As despesas decorrentes desta Lei serão custeadas com recursos próprios dos orçamentos do Poder Judiciário, os quais deverão incluir nas propostas orçamentárias os recursos necessários à manutenção do auxílio-saúde.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2012 e gerará efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 2012.

8

JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto de lei visa a instituir o auxílio-saúde a magistrados e servidores ocupantes de cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

A proposta tem por objetivo a melhoria na qualidade de vida e subsistência de magistrados e servidores do Poder Judiciário de nosso Estado. A concessão do auxílio-saúde é prevista para todos os Tribunais Superiores, CNJ – Conselho Nacional de Justiça, além da Magistratura Federal, Comum e do Trabalho, e diversos Estados da Federação.

O auxílio-saúde será concedido mensalmente sob a forma de ressarcimento de despesas com planos privados de assistência à saúde ou com seguro-saúde.

O anteprojeto firma a natureza indenizatória do benefício, que não se incorpora ao subsídio, vencimento, remuneração, provento ou pensão, não estando, portanto, sujeito à tributação de imposto de renda e contribuição previdenciária.

O valor a que fará jus cada beneficiário será detalhado no regulamento a ser editado pela Chefia do Poder Judiciário. Dependerá sempre da disponibilidade orçamentária e nunca poderá ultrapassar o montante efetivamente despendido no pagamento do plano de saúde.

O auxílio-saúde será custeado com recursos próprios do Poder Judiciário, e estará vinculado, unicamente, aos limites do orçamento, independentemente dos reajustes de preços praticados pelas operadoras, tampouco dos indicadores econômicos.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta corresponde ao acréscimo mensal de aproximadamente R\$ 2.169.000,00 (dois milhões cento e sessenta e nove mil reais), e custo anual de aproximadamente R\$ 26.028.000,00 (vinte e seis milhões e vinte e oito mil reais) para o exercício de 2012.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 2.º Quadrimestre de 2011, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,96% (três vírgula noventa e seis por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o art. 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal (5,7% - cf. art. 22, parágrafo único).

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que a instituição do auxílio-saúde possui adequação orçamentária e financeira com a proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2012 – e compatibilidade com a proposta do Plano Plurianual (PPA) 2012 – 2015.





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, em Sessão Ordinária realizada em 05 de setembro do corrente ano.

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que institui o Auxílio-Saúde, estão contempladas na proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2012 e possuem compatibilidade com a proposta do Plano Plurianual – PPA, 2012-2015.

Curitiba, 24 de outubro de 2011.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

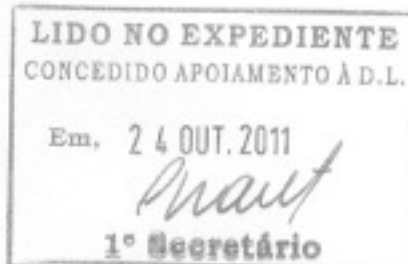


Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 24 de outubro de 2011.
Of. nº 1438/2011-GP



A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

Senhor Presidente:

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, _____

Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que institui o auxílio-saúde aos magistrados e servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 832/11

Projeto de Lei nº. 832/11
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Institui o Auxílio-Saúde a Magistrados e servidores de cargos efetivos do poder judiciário do estado do paraná.

EMENTA: INSTITUIÇÃO DE AUXÍLIO-SAÚDE A MAGISTRADOS E SERVIDORES EFETIVOS DO PODER JUDICIÁRIO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 27, 65 E 101 DA CE. DECLARAÇÃO DE IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça dispõe sobre a instituição do Auxílio-Saúde a Magistrados e servidores de cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Na mesma esteira a Constituição Estadual estabelece:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observados o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

O artigo 27 da Constituição Estadual, estabelece que a remuneração dos servidores somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, compatibilizado com o Plano Plurianual – PPA, 2012-2015.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.


Fls. 19


Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 832/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1438/11, com o objetivo de instituir o auxílio-saúde a Magistrados e Servidores de cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

A iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após a devida análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em questão.

Na vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei serão custeadas com recursos próprios dos orçamentos do Poder Judiciário, os quais deverão incluir nas propostas orçamentárias os recursos necessários à manutenção do auxílio-saúde e com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 2012.

Observamos ainda que o impacto financeiro da presente proposta corresponde ao acréscimo mensal de aproximadamente R\$2.169.000,00 (dois milhões, cento e sessenta e nove mil reais), e custo anual de aproximadamente R\$26.028.000,00 (vinte e seis milhões e vinte e oito mil reais) para o exercício de 2012.

Ressalta-se ainda, que a proposta vem ladeada da declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que a instituição do auxílio-saúde possui adequação orçamentária e financeira com a proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2012, e compatibilidade com a proposta do Plano Plurianual – PPA 2012 – 2015, estando ainda em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Com base no acima exposto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

É o parecer.

Sala das Comissões, 16/11/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR







ANTEPROJETO DE LEI N.º 847/2011

Súmula: Institui a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná de Desenvolvimento – ADAPAR e adota outras providências.

Art. 1.º É criada a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, entidade autárquica dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receitas próprios e autonomia administrativa, técnica e financeira, nos termos do artigo 7.º, inciso I, da Lei n.º 8.485, de 3 de junho de 1987, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

§1.º A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná terá sede e foro na cidade de Curitiba e atuará no território do Estado do Paraná, podendo instalar unidades administrativas descentralizadas.

§ 2.º A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná gozará dos privilégios e das isenções próprias da Fazenda Pública do Estado e de imunidade de impostos sobre seu patrimônio, receitas e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

Art. 2.º A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná tem por finalidade a promoção da defesa agropecuária e da inspeção sanitária dos produtos de origem animal, a prevenção, o controle e a erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais de interesse econômico ou de importância à saúde da população e garantir a segurança, a regularidade e a qualidade dos insumos de uso na agricultura e na pecuária.

Parágrafo único. Constitui, também, finalidade da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, o exercício das funções de entidade que estabelecerá e fiscalizará o cumprimento das ações, dos procedimentos, das proibições e das imposições que importem à defesa sanitária animal e vegetal, à inspeção de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal e à qualidade dos insumos destinados à produção e uso agropecuários, a critério das autoridades técnicas.

Art. 3.º Compete à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná:

I – propor, planejar, coordenar, supervisionar, promover e fiscalizar políticas, programas, ações e procedimentos de defesa agropecuária que importem à saúde humana e ao bem-estar animal, à sanidade animal e vegetal, à qualidade higiênico-sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal ou vegetal, comestíveis ou não comestíveis, ao comércio e à qualidade intrínseca e extrínseca dos insumos utilizados nas explorações agropecuárias e dos produtos destinados à alimentação animal;

GABINETE DO GOVERNADOR



II – promover e fiscalizar a preservação e o uso do solo agrícola;

III – fiscalizar a certificação sanitária animal e vegetal e o trânsito de animais e de produtos e insumos agropecuários;

IV – estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos técnicos de defesa agropecuária, de inspeção sanitária, de rastreabilidade, de classificação, de credenciamento e descredenciamento de prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária e de certificação de estabelecimentos, matérias-primas, insumos agropecuários e produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;

V – instituir e manter o cadastro de propriedades, estabelecimentos comerciais de insumos agropecuários, de empresas prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária;

VI – credenciar, fiscalizar e auditar laboratórios de análise de produtos e insumos agropecuários e de entidades certificadoras de produtos e serviços de defesa agropecuária;

VII – implantar, coordenar e manter a Rede Estadual de Informação de Defesa Agropecuária – REIDA para integrar as ações de entidades promotoras da defesa, inspeção e certificação agropecuárias;

VIII – acompanhar e disciplinar, em caráter normativo e em sua esfera de competências, o Sistema Estadual de Defesa Agropecuária – SEDA;

IX – celebrar, nas condições que estabelecer, termos de compromissos e ajustes de conduta e fiscalizar o cumprimento;

X – promover a educação conservacionista e sanitária e a divulgação da legislação e serviços de defesa agropecuária;

XI – apurar e punir infrações à legislação das relações de consumo no âmbito de suas finalidades.

Parágrafo único. As ações e os procedimentos de defesa agropecuária, de inspeção sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal e de garantia da qualidade dos insumos agropecuários são considerados de interesse público.

Art. 4.º Para cumprir suas competências a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná poderá:

I – celebrar convênios, acordos ou contratos e congêneres com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público, nacionais, internacionais e estrangeiras;

II – prestar serviços a órgãos e entidades dos setores privado e público e a pessoas físicas e jurídicas, nacionais, internacionais e estrangeiras;

GABINETE DO GOVERNADOR



III – cobrar emolumentos correspondentes à prestação de serviços a pessoas físicas e jurídicas, órgãos e entidades dos setores privado e público nacionais, internacionais e estrangeiros, cujos valores serão fixados pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, após o pronunciamento do Chefe do Poder Executivo Estadual;

IV – promover a inscrição de seus créditos em dívida ativa e efetuar a sua cobrança judicial;

V – contratar a aquisição de bens, obras e serviços comuns.

Art. 5.º A organização básica da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná é constituída:

I – Conselho de Administração;

II – Diretor-Presidente;

III – Diretores Auxiliares.

Art. 6.º O patrimônio da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná é constituído por:

I – bens e direitos que lhe forem conferidos pelo Estado ou que venha a adquirir ou incorporar;

II – doações e legados de pessoas físicas e jurídicas, nacionais, internacionais e estrangeiras;

III – outros bens não expressamente referidos vinculados ao exercício de suas atividades.

Parágrafo único. No caso de extinção da autarquia, seus bens, direitos e acervo técnico-científico passarão a integrar o patrimônio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento ou da entidade que a suceder.

Art. 7.º Constituem receitas da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná:

I – as dotações orçamentárias e os créditos especiais adicionais originários do Tesouro do Estado;

II – as transferências de recursos consignados nos orçamentos da União, do Estado e dos Municípios;

III – as receitas provenientes ou decorrentes da prestação de serviços, na forma prevista em decreto;

GABINETE DO GOVERNADOR



IV – os recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

V – as subvenções, as doações, os legados e as contribuições de pessoas de direito público ou privado nacionais, estrangeiras ou internacionais;

VI – as receitas da aplicação de recursos financeiros;

VII – o produto da venda de publicações técnicas;

VIII – as rendas patrimoniais, inclusive juros e dividendos;

IX – os recursos oriundos da exploração e alienação de bens patrimoniais;

X – as taxas e multas provenientes do exercício do poder de polícia administrativa;

XI – o produto da alienação de bens utilizados na prática de infrações à legislação de defesa agropecuária e inspeção sanitária;

XII – os bens apreendidos nas fiscalizações e incorporados ao patrimônio por decisão judicial;

XIII – os créditos da cobrança judicial de sua dívida ativa;

VX – outras rendas de qualquer natureza.

Art. 8.º A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná disporá de quadro próprio de pessoal, constituído de cargos de provimento efetivo de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Assistente Agropecuário e cargos de provimento em comissão.

Art. 9.º São criados 600 (seiscentos) cargos de provimento efetivo de Fiscal de Defesa Agropecuária e 600 (seiscentos) cargos de Assistente Agropecuário.

Art. 10. São criados os seguintes cargos de provimento em comissão da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná:

I – 1 (um) cargo de Diretor-Presidente, símbolo DAS-1;

II – 2 (dois) cargos de Diretor, símbolo DAS-2;

III – 1 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-4;

IV – 3 (três) cargos de Assessor, símbolo DAS-5;

V – 1 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5;

GABINETE DO GOVERNADOR



VI – 12 (doze) cargos de Gerente, símbolo 1 C.

Art. 11. É criada a Função Comissionada de Confiança - FCC, de valor absoluto reajustável nos termos da lei de revisão geral anual, exclusiva a servidores efetivos que desempenham suas atividades na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná e que cumulativamente exerçam as atribuições de Coordenação de Área ou de Supervisão Regional, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 12. O servidor da Carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária e o Agente Profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo, distinguidos Fiscais de Defesa Agropecuária, no desempenho de suas atividades na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná têm assegurado livre acesso à documentação e aos locais onde se processam, em qualquer fase, a produção, a industrialização, o beneficiamento, o comércio, a guarda, o depósito, o uso, o transporte de animais e vegetais, seus produtos e subprodutos, de insumos agropecuários e de quaisquer outros bens capazes de expor a risco a sanidade agropecuária.

Art. 13. Os recursos financeiros provenientes das ações de que trata a presente Lei recolhidos ao Fundo de Equipamento Agropecuário – FEAP, instituído pela Lei n.º 823, de 30 de novembro de 1951, serão geridos pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná.

Art. 14. O Poder Executivo é autorizado a abrir um crédito adicional, em conformidade com a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, para implementar a presente Lei.

Art. 15. A implantação desta Lei será realizada gradativamente, de acordo com as possibilidades orçamentárias e financeiras do Estado, atendendo as disposições da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de outubro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



ANEXO I DA LEI Nº

FUNÇÃO COMISSIONADA DE CONFIANÇA – FCC

DENOMINAÇÃO	Nº DE FUNÇÕES	VALOR (R\$)
Coordenador de Área	45	800,00
Supervisor Regional	26	600,00

GABINETE DO GOVERNADOR



A essa conjuntura interliga-se a inspeção sanitária no precípua objetivo de assegurar a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos de origem animal, condição fundamental à comercialização e exportação desses produtos e subprodutos.

A ideia de criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná tem por finalidade institucional a promoção da defesa agropecuária e da inspeção sanitária dos produtos de origem animal; a prevenção, o controle e a erradicação de doenças dos animais e de pragas vegetais de interesse econômico ou de importância à saúde da população e à segurança, bem como a regularidade e a qualidade dos insumos de uso na agricultura e na pecuária, garantindo à produção agrícola e agroindustrial plenas condições sanitárias para acesso a qualquer mercado. É a resposta do Poder Público que soluciona a premente e constante necessidade da sociedade e do mercado paranaenses de impulsionarem e tratarem o ciclo do agronegócio em suas efetivas dimensões e importâncias.

Trata-se, em síntese, de pôr em prática decisão estratégica em resposta às ameaças contemporâneas e que conclua no incremento da atividade econômica que o setor agropecuário move e promove.

Assim, espera-se que Vossas Excelências deem a atenção necessária à presente proposta legislativa, analisando-a, votando favoravelmente e, por consequência, transformando-a em Lei Ordinária, por medida de inteira justiça.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 73/2011

Curitiba, 19 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei objetivando a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná.

Inicialmente, faz-se necessário destacar que o presente Anteprojeto de Lei vem a cumprir aos preceitos definidos nas Metas de Governo no que se refere a fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado.

O Paraná é responsável por mais de 20% da produção brasileira de grãos, o que corresponde aproximadamente a 15% do Valor Bruto da Produção do setor primário brasileiro. A posição de figurar entre os maiores e mais importantes Estados produtores rurais do País reflete-se na magnitude das exportações de seus produtos agropecuários e derivados, em 2009, na ordem de US\$ 8 bilhões.

Nas relações comerciais e industriais envolvidas nas cadeias produtivas agrícolas e pecuárias e nas quais a qualidade dos insumos é determinante, os serviços de processamento e distribuição da produção agropecuária representam 35% do Produto Interno Bruto do Paraná. Essa produção e serviços constituem a base da atividade econômica dos Municípios e envolvem direta e indiretamente 70% de seus habitantes.

O aprofundamento da integração econômica, social, cultural e política iniciada no final do século XX intensificou a disputa de novos mercados consumidores pelos países de exauridos mercados internos, incentivando o trânsito de produtos agrícolas. Essa circunstância propende e favorece a emergência e ressurgência de doenças e pragas, expondo a segurança alimentar, a biodiversidade, a atividade econômica e a saúde das pessoas.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Prot. 11.034.778-2 lhph

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476



**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO
DIVISÃO DE DESPESA**

Informação nº 257/11

Ref. Minuta de anteprojeto de lei da Agência ADAPAR - SEAB


Protocolo nº 11.034.778-2

Em atenção ao encaminhamento efetuado pela SEPL/COP, referente à Minuta de anteprojeto de lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência ADAPAR, esta Divisão de Despesa tem a informar:

- Por se tratar de recursos cuja fonte 250 – diretamente arrecadada são via multas, taxas e serviços laboratoriais, não havendo dispêndio de recursos do Tesouro do Estado nada temos a opor.

É a informação.

Curitiba, 02 de setembro de 2011.


Roseméri Bueno Muniz
Divisão de Despesa

Visto:


Marcos Antonio Jagher
Chefe da Divisão de Despesa

DE ACORDO:


Rosemary Escabio
Coordenadora da Administração Financeira do Estado

Encaminhe-se ao DG/SEFA



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

n1658

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 612/2011

INTERESSADO: SEAB

ASSUNTO: Minuta de anteprojeto de lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência ADAPAR.

PROTOCOLO: nº 11.034.778-2

Visando atender ao disposto no art. 10º do Decreto 1198/2011, reiteramos a Informação Técnica nº 122/2011 GPS/SEAB, à pág 18 do presente protocolo, o qual diz que devido à inexistência da autarquia ADAPAR, também inexistente dotação orçamentária para a mesma, sendo utilizados os seguintes recursos para a criação da mesma:

1. Toda arrecadação não vinculada na Atividade 2.336 - Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP, conforme tabela abaixo. Ressaltamos que para a fonte 250, aproximadamente 50% dos recursos são vinculados ao FUNDEPEC, não podendo ser utilizado para a ADAPAR;

Natureza da Espécie	Fonte de Recursos	Valor a Programar	Valor Programado	Valor Empenhado	Saldo Total
Outras despesas correntes	127	R\$ 565,00	R\$ 565,00	R\$ 0,00	R\$ 1.130,00
	250	R\$ 687.044,00	R\$ 1.557.721,00	R\$ 980.680,63	R\$ 1.264.084,37
Investimentos	250	R\$ 1.226.389,00	R\$ 398.582,00	R\$ 8.616,80	R\$ 1.616.354,20

2. O pessoal da SEAB da área administrativa e dos Grupos Meios (GAS, GPS, GFS e GRHS), que prestará serviço de forma compartilhada entre a SEAB e a ADAPAR;

3. Parte dos recursos de pessoal da atividade 2.325 serão repassados ao ADAPAR, referente aos profissionais que passarão a desempenhar suas funções na agência em caráter definitivo

4. Parte dos recursos da SEAB referentes as despesas de custeio como água, energia, locação, telefone, entre outras.

É a informação.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

D. L.
Fls. 128

SEPL
17 27

Curitiba, em 04 de agosto de 2011.

Rogi Rusch

ROGI LAERCIO RUSCH
Assessor Técnico

Visto, 04/08/2011

Encaminhe-se a Coordenadora da COP/SEPL

Antonio Carlos de Andrade

ANTONIO CARLOS DE ANDRADE
Chefe da Divisão de Economia e Infraestrutura

De acordo, 04/08/2011.

Encaminhe-se à DG/SEPL

Elizabeth Cristina de Azevedo

ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO
Coordenadora da COP/SEPL



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ



n1866

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 707/2011

INTERESSADO: SEAB

ASSUNTO: Minuta de anteprojeto de lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência ADAPAR.

PROTOCOLO: nº 11.034.778-2

Visando atender ao disposto no art. 10º do Decreto 1198/2011, reiteramos a Informação Técnica nº 142/2011 GPS/SEAB, à pág 34 do presente protocolo, o qual afirma que:

- A receita semanal da atividade 2.336 - Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP é de R\$318.916,00, sendo R\$153.010,60 corresponde a arrecadação vinculada ao FUNDEPEC, permitindo que R\$165.905,49 mensais sejam utilizados para atender a demanda da ADAPAR. Tal valor corre pelas rubricas 33504100, 33901400, 33903003, 33903004, 33903006, 33903008, 33903010, 33903013, 33903018, 33903020, 33903027, 33903029, 33903033, 33903035, 33903037, 33903912, 33903913, 33903914, 33903920, 33903923, 33903924, 33903928, 33903931, 33903947, 33909200, 33909300, 44905200.

- Os recursos humanos da SEAB, lotados da atividade 2.325 - Gerenciamento da Estrutura Administrativa e Programática da SEAB, serão compartilhados com a ADAPAR. As rubricas por onde correm tais despesas são 31901100 e 31901300.

- As despesas de custeio da SEAB como água, energia, locação, telefone, entre outras, que correm na atividade 2323 - Administração de Serviços de Energia Elétrica, Água e Esgoto, Telefonia, Informática e Transmissão de Dados - , serão compartilhadas com a ADAPAR, pelas rubricas 33903902, 33903906, 33903907, 33903908, 33903963.

- Devido à inexistência da ADAPAR, também inexistem dotações específicas na mesma. Isto somente ocorrerá após ser sancionada a Lei de Criação da Agência.

É a informação.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ



Curitiba, em 18 de agosto de 2011.

Rogi Rusch
ROGI LAERCIO RUSCH
Assessor Técnico

Visto, 18/08/2011

Encaminhe-se a Coordenadora da COP/SEPL

Antonio Carlos de Andrade
ANTONIO CARLOS DE ANDRADE
Chefe da Divisão de Economia e Infraestrutura

De acordo, 18/08/2011

Encaminhe-se à DG/SEPL

Elizabeth Cristina de Azevedo
ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO
Coordenadora da COP/SEPL

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 19 de outubro de 2011
OF CEE/G 172/11



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 OUT. 2011

1º Secretário

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, 25/10/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 73/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que cria
da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JLI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 847/11

Projeto de Lei nº 847/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 73/2011

Súmula: Institui a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná de Desenvolvimento ADAPAR e adota outras providências.

EMENTA: INSTITUI A AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO ADAPAR. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo tem por escopo instituir a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná de Desenvolvimento ADAPAR.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que a Divisão de Despesa, vinculada à Coordenação da Administração Financeira do Estado, por sua vez atrelada à Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA declara que o mesmo não importará em aumento de despesa para o Governo: “Por se tratar de recursos cuja fonte 250 – diretamente arrecadada são via multas, taxas e serviços laboratoriais, não havendo dispêndio de recursos do Tesouro do Estado” (fls. 10 do presente projeto).

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei e, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


ADEMAR TRAIANO
Relator




REQUERIMENTO

Requer "*Regime de Urgência*" para a votação do Projeto de Lei 847/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 073/11.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação do Projeto de Lei 847/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 073/11 que objetiva instituir a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná de Desenvolvimento - ADAPAR e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 01 de novembro de 2011.


Deputado **Ademair Traiano**
Líder do Governo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

D. L.
Fls. 30

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 847/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 73/11, que institui a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná de Desenvolvimento – ADAPAR, e adota outras providências.

Convém, preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão apresenta Informação nº 257/11, da Coordenação da Administração Financeira do Estado, Divisão de Despesa da Secretaria de Estado da Fazenda, informa não haver dispêndio de recursos do Tesouro do Estado, pois tratar-se de recursos cuja fonte 250 – diretamente arrecadada são via multas, taxas e serviços laboratoriais. Desta forma, atende aos preceitos constantes da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Ainda, observe-se que a instituição da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná de Desenvolvimento - ADAPAR, objeto da referida proposta, está em consonância com o art. 66, da Carta Estadual, onde denota-se a competência privativa do Governador do Estado.

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 07/12/11

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADA MARLA TURECK
RELATORA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PROPOSIÇÃO: **Projeto de Lei nº 847/11**

AUTOR: PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 73/11

RELATORA: Deputada MARLA TURECK

Certifico para os devidos fins, que esta **COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS**, analisou o presente Projeto de Lei nº 847/11, em reunião na data de **07/11/2011**, exarando **PARECER FAVORÁVEL**.

Remeta-se à **DIRETORIA LEGISLATIVA** para as providências devidas.

Curitiba, 08 de novembro de 2011.



WILSON PENKA

Secretário da Comissão



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE AGRICULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI 847/2011

AUTOR: PODER EXECUTIVO

**SÚMULA: INSTITUI A AGÊNCIA DE DEFESA
AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR E ADOTA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O projeto de lei em epígrafe, trata da criação da ADAPAR, Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, cujas finalidades são as seguintes:

1. Promover a defesa agropecuária e a inspeção sanitária dos produtos de origem animal;
2. A prevenção, o controle e a erradicação de doenças dos animais e pragas vegetais;
3. A regularidade e a qualidade dos insumos de uso na agricultura e na pecuária, garantindo a produção agrícola e agroindustrial plenas condições sanitárias para acesso a qualquer mercado.

O presente projeto de lei já tramitou perante a Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido parecer favorável.

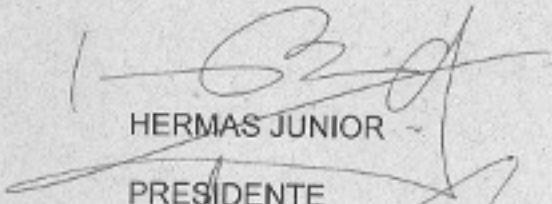
Não há dúvidas de que a criação da agência de defesa agropecuária do Estado do Paraná, pelo que se vislumbra da própria lei, trará benefícios para o desenvolvimento e manutenção do agronegócio do Estado.



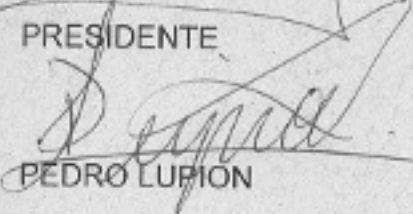
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE AGRICULTURA

O projeto de lei traz os objetivos da ADAPAR, sua natureza jurídica, as finalidades, as competências, os direitos, deveres, sua organização, patrimônio e receitas, forma de extinção, quadro de servidores e de cargos de provimento em comissão.

Pelo exposto, somos de parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei.


HERMAS JUNIOR

PRESIDENTE


PEDRO LUPION

RELATOR



PROPOSIÇÃO VETO N.º 026/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 SET. 2011

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em, 26 SET. 2011

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 124/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 102/2011, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 102/11, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, versa sobre a alteração e revogação de dispositivos da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, a qual proíbe o descarte de pilhas, lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular e demais artefatos que contenham mercúrio metálico em lixo doméstico ou comercial.

Primeiramente, vejamos o que dispõe a Constituição Estadual em seu artigo 66, IV:

Art.66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Federal:

Ademais, vejamos o disposto no artigo 2º da Constituição

Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot.nº 11.219.767-2.



Isto posto, constata-se que o presente Projeto de Lei vem em descompasso com o princípio da harmonia dos poderes estabelecidos na Constituição Federal, vez que o Poder Legislativo não possui competência para tal propositura, no que tange as atribuições de órgãos da Administração Pública, cabendo única e exclusivamente ao Executivo, na pessoa do Governador do Estado, consoante artigos supracitados.

Outrossim, não podemos olvidar que embora a Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009 tenha sido sancionada, a mesma é evidentemente inconstitucional por vício de iniciativa. Sendo assim, não é porque a norma anterior eivada de vício formal ganhou eficácia, que devemos cometer o mesmo equívoco.

Partindo deste pressuposto, verifica-se que o presente Projeto de Lei apresenta evidente inconstitucionalidade formal, haja vista que a ilustre Deputada não possui competência para propor a presente medida, vez que esta é de competência privativa do Governador do Estado.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO



Projeto de Lei nº 102/11

(Autoria da Deputada Cantora Mara Lima)

Altera e revoga dispositivos da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, conforme especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

§1º O serviço deve ser disponibilizado através da manutenção de um recipiente, em local visível, no próprio estabelecimento, com a indicação de que é destinado para recolher produtos que contenham metais pesados.

§2º O descumprimento do estabelecido no *caput* deste artigo sujeitará ao infrator as seguintes sanções:

I – advertência por escrito na primeira infração;

II – multa no valor de 8 (oito) UPF/PR – Unidade Padrão Fiscal do Paraná.”

Art. 2º Dá nova redação ao artigo 3º da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Os fabricantes de produtos que trata a presente Lei, e seus respectivos representantes comerciais, estabelecidos no Estado do Paraná, serão responsabilizados pela adoção de mecanismos adequados para reciclagem ou destinação final de seus produtos descartados pelos consumidores, sem causar prejuízo ambiental, ficando obrigados a procederem o recolhimento do material descartado nos estabelecimentos de venda.

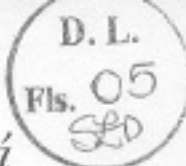
Parágrafo único. O descumprimento do estabelecido no *caput* deste artigo sujeitará o infrator a seguinte sanção:

I – multa no valor de 16 (dezesesseis) UPF/PR – Unidade Padrão Fiscal do Paraná, aplicada em dobro nos casos de reincidência.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 102/11 – fls. 02.

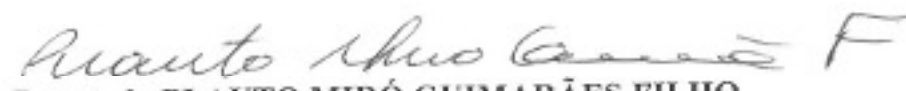
Art. 3º O artigo 5º, da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, fica renumerado como artigo 4º.

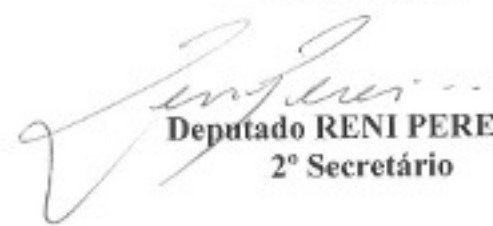
Art. 4º O artigo 6º da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, fica renumerado como artigo 5º.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 30 de agosto de 2011.


Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR
Presidente, em exercício


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 026/11

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 026/11

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 2687/11

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 102/11, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, que versa sobre a alteração e revogação de dispositivos da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, conforme específica.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 102/11, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima que, versa sobre a alteração e revogação de dispositivos da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, conforme específica, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 102/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 31 de agosto de 2011, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 026/11, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 26 de setembro de 2011, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




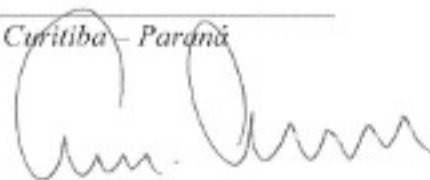
CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JÚNIOR
RELATOR





AO DOUTO PLENÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

AO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

O Deputado adiante assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, com fulcro no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vem apresentar de forma legítima e tempestiva **RECURSO AO PLENÁRIO** do **IMPROVIMENTO DO RECURSO** apresentado à Comissão de Constituição e Justiça do Parecer exarado pelo Nobre Deputado Estadual César Silvestre Filho sobre o **PROJETO DE LEI Nº 465/2011**, pelos motivos que passa a aduzir.

I – Preliminarmente

Dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverá se manifestar sobre a constitucionalidade dos projetos apresentados.

Assim cabe demonstrar que, dentre as atribuições previstas no Regimento Interno, é de competência da Comissão de Constituição e Justiça, manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa.

Dessa atribuição regimental deve-se entender que a Comissão deverá observar se o Projeto de Lei se coaduna com a Constituição Federal e Estadual, bem como se harmoniza com o ordenamento jurídico vigente.

Vedando-se à CCJ, e as demais comissões, a apreciação do mérito dos projetos, uma vez que as discussões de mérito são de exclusiva atribuição do plenário desta Casa de Leis.

Ch
Recebido
em 17/10/11
[Assinatura]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 03

8

Diante de uma decisão desfavorável poderá o autor apresentar recurso do Parecer do relator, situação em que será designado novo relator e nova votação será realizada. Tendo mais uma vez um parecer aprovado de forma desfavorável cabe, ainda, **ao parlamentar se insurgir e requerer uma reapreciação desta vez no plenário da Assembléia.**

Oportuno salientar que no caso em tela, normativas administrativas, como resoluções, atos administrativos e atribuições administrativas oriundas de lei **não retiram o poder soberano de legislar do Poder Legislativo.**

II – Dos Fatos e dos pareceres

/ O Deputado que a este subscreve apresentou Projeto de Lei que **proíbe a comercialização de quaisquer cigarros que tenham aditivos para dar sabor, aroma ou equivalente, em todo o território paranaense.**

Apresentado o PL, o mesmo seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça, sendo designado o Deputado Relator o Sr. Élio Rusch.

Inicialmente o Projeto de lei em tela recebeu parecer desfavorável. Para ilustrar o presente recurso trago alguns fundamentos do parecer inicial ao Projeto de Lei.

O Nobre Deputado Estadual Élio Rusch em seu parecer argüiu que o Projeto de Lei em tela é ilegal, pois contrapõe Lei Federal em vigor. Em síntese fundamenta a ilegalidade sobre a tese de que caberia a ANVISA a legislação sobre o tema.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 04
82

O Deputado relator afirma:

"Quanto à análise da matéria ora proposta, ressalta-se que a competência para regular a venda, produção e consumo de produtos e insumos cabem a ANVISA"

Ora, o deputado afirmou que é de competência da ANVISA regular a venda, consumo, etc., e não de legislar, pois a atividade legislativa é exclusiva do Poder Legislativo, e nenhuma outra instituição poderá invadir esta competência, a não ser de forma delegada e explícita, e mesmo assim nunca, sobre nenhuma hipótese, poderá suplantá-la, leia-se, ser superior a atividade do legislador.

Segue na argumentação, o nobre parlamentar relator, citando o artigo 7º, inciso XV e artigo 8º, §1º, inciso II, da lei federal nº9782/1999, os quais transcreve-se novamente:

"Art. 7º Compete a Agência (...) devendo:
(...)"

XV - proibir a fabricação, a importação o armazenamento a distribuição e a comercialização de produtos e insumos, em caso de violação da **legislação pertinente** ou de risco iminente à saúde"

Como se não fossem suficientes os equívocos, data vênha, do nobre relator, segue a citação do artigo 8º extraído do mesmo parecer:

"Art. 8º Incumbe a Agência respeitada a **legislação em vigor**, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

§1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:

X - cigarros, cigarrilhas, charutos e qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco;"



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 05

Em síntese o Deputado Élio Rusch afirmou que o presente projeto é inconstitucional, pois feriria a Lei Federal nº9782/1999, pois caberia a ANVISA, ente do Poder Executivo regular, disciplinar e, portanto, legislar EXCLUSIVAMENTE sobre cigarros e semelhantes.

Inconformado com esta decisão o parlamentar que a este subscreve apresentou uma impugnação ao relator r. citado. O nobre Presidente da CCJ designou novo relator, o Deputado Cesar Silvestre Filho. O nobre parlamentar então apresentou novo parecer com os argumentos semelhantes ao do nobre Deputado Élio Rusch.

O parlamentar Cesar Silvestre Filho ao manter os argumentos declara que cabe a ANVISA legislar sobre cigarros. Transcreve-se os argumentos do nobre deputado:

"Cumpre salientar que a competência para regular a venda, produção e consumo de produtos e insumos cabem a ANVISA.

...

Tal competência está estabelecida nos artigos 7º, XV e 8º, §1º, II, da LEI FEDERAL Nº 9782/1999, que define o sistema nacional de vigilância sanitária, cria a agência nacional de vigilância sanitária e dá outras providências, senão vejamos:

"Art. 7º Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos Incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo:

(...)

XV – proibir a fabricação, a importação, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de produtos e insumos, em caso de violação da legislação pertinente ou de risco iminente à saúde;

Ch



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 06

8

Art. 8º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

§1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:

(...)

X – cigarros, cigarrilhas e qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco;”

Observe-se que o ilustre Deputado afirmou que não poderia o legislador estadual disciplinar o consumo, comércio e distribuição de cigarros e afins, uma vez que a ANVISA é a única competente para estes fins.

Ocorre que o próprio relator afirma que o controle, a fiscalização e a proibição dos cigarros pela ANVISA decorrem de lei, ou seja da atividade parlamentar. Tanto os artigos 7º e 8º da citada lei federal, trazem argumentos que submetem a ANVISA a legislação e não dão a esta autarquia poder de legislar.

Continua o nobre relator a afirmar que a atividade do legislador foi destituída em favor de um ente do Poder Executivo, afirmando, inclusive que resoluções do órgão impedem outras legislações sobre o assunto:

“A resolução nº 46 de 2001 da ANVISA é a responsável em maximizar os teores máximos dos componentes do cigarro, conforme artigo 1º, senão vejamos:

Art. 1º Estabelecer os teores máximos permitidos de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono presentes na corrente primária da fumaça para os cigarros comercializados no Brasil.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 92
8

Diante do exposto, resta claro que o presente projeto de lei é ilegal por conter vício de iniciativa, tendo em vista que a competência para regulamentar o assunto abordado no presente projeto de lei é de competência da UNIÃO, através do Ministério da Saúde - ANVISA."

Infelizmente houve uma aberração constitucional ao se cogitar a desistência do Poder de Legislar deste Poder, dando a uma autarquia do Poder Executivo atribuição exclusiva para legislar sobre os cigarros.

Sem adentrar, ainda neste equívoco, a própria argumentação do Deputado César Silvestre Filho, tal como a do deputado Élio Rusch, **explicita que a ANVISA cumpre a LEGISLAÇÃO EM VIGOR, e não produz lei.**

Veja -se, regular significa disciplinar, fiscalizar, e não legislar, é o que afirma a lei, a regulação de que trata a Lei Federal nº 9782/1999, que cria a autarquia ANVISA, **não dá a este órgão competência legislativa, uma vez que seria absolutamente inconstitucional, aliás, repita-se a lei federal deixa claro que a ANVISA deverá cumprir a legislação. Como, aliás, todo e qualquer ente do Estado.**

Compete a Agência, então, **CUMPRIR A LEGISLAÇÃO PERTINENTE**, esta é a alegação trazida pelo próprio relator. Cumprir a Legislação significa que a ANVISA deverá se subordinar a legislação pátria e não produzir leis, insistentemente repete-se.

A resolução nº 46 de 2001, citada pelo nobre parlamentar, regula os teores máximos de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono, onde nesta resolução está escrito que a ANVISA regulará os aditivos de sabores, aromas, e similares??? Ou melhor, em qual parte do presente Projeto de Lei pretendem os autores regularem ou modificar os teores máximos de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono?

Criou-se, assim uma argumentação em que o Poder Legislativo do Estado do Paraná não poderá mais legislar

An



nenhuma matéria de saúde pública, uma vez que a ANVISA regulará os produtos nocivos à saúde.

III - DA LEGISLAÇÃO FEDERAL

Além dos motivos já exalados, demonstrando que o próprio relator em seu parecer se equivoca ao alegar a ilegalidade do presente projeto, já que na fundamentação cita uma lei federal que demonstra justamente o contrário, **ou seja, cabe ao legislador disciplinar em lei quais produtos e serviços devem ser regulados e fiscalizados pela ANVISA. Ou seja, bastaria a citação da própria lei federal trazida pelo nobre relator para demonstrar a LEGALIDADE do projeto de lei em tela e não o contrário.**

Mas, no sentido de contribuir, de demonstrar e assegurar a esta Casa sua competência legislativa ao mesmo tempo em que ilumina-se a questão com nossa Carta Maior.

A República Federativa do Brasil rege-se pela Constituição como norma máxima e constitutiva do Estado/Nação Brasil. Todo o ordenamento deverá estar recepcionado e submetido aos dispositivos e princípios exarados desta Carta.

Ou seja, deve todo legislador, todo administrador público, todos os julgadores, e toda a população, enfim, estar subordinado à Constituição. E é dessa Constituição que extraímos o princípio da divisão dos três poderes.

Desta independência e do princípio da divisão dos três poderes que se extrai que a atividade legislativa é atribuição do Poder Legislativo. Sendo que o chefe do Poder Executivo, os Presidentes dos Tribunais e os Procuradores Gerais poderão propor leis de natureza específica de suas ações.

Ar



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Afirmar que uma lei federal outorgou a uma autarquia o poder EXCLUSIVO de legislar sobre assuntos desta natureza, é por em risco o Estado Democrático de Direito e permitir trincar, para não dizer fraturar, um princípio básico e norteador do Estado Brasileiro.

A própria Constituição, aliás, que garante o Poder de Legislar dos Estados membros sobre saúde. Vejamos o que diz o artigo 23 de nossa Carta Maior:

"Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;"

Na mesma esteira o artigo 24 da Constituição da República Federativa do Brasil afirma que :

"Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

...

V - produção e consumo;

...

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

§1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais;

§2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados."

Ar



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Assim explicitamente há a previsão constitucional sobre a capacidade legislativa do Estado na questão de defesa da saúde. Os dois dispositivos constitucionais asseguram que os Estados poderão, aliás, deverão, produzir leis que disciplinem a defesa à saúde e que promovam a saúde e o bem estar de sua população.

O presente projeto, desta forma se coaduna com os dispositivos constitucionais de forma harmônica e assim plenamente válida. Passado pelo crivo constitucional passa-se a questionar se o presente Projeto de Lei se contrapõe a outra legislação em vigor.

Não há nenhuma lei que garanta a produção de tabaco com aromatizantes, e assim não há que se falar em ilicitude do presente Projeto de Lei, pois o mesmo vem suplementar a legislação em vigor e, portanto, está plenamente válido diante do ordenamento jurídico.

Se esse não fosse o caso, e se os deputados relatores estivessem com a razão os Tribunais teriam derrubado a lei que proíbe consumo de tabaco em locais fechados, já que, segundo os relatores, caberá EXCLUSIVAMENTE a ANVISA legislar sobre o consumo do tabaco. Mas a legislação estadual que proíbe os fumantes de fazerem uso do tabaco em locais fechados está válida, e plenamente em vigor mesmo após inúmeras tentativas da indústria de derrubar a lei. Os tribunais já deixaram claro que pode o Estado legislar sobre o tema uma vez que é de competência COMUM, e assim não cabe a indústria alegar inconstitucionalidade, ou seja, diante do assunto similar não há o que se falar em ilicitude do presente projeto de lei.

O Paraná pode e deve prever normas que garantam aos seus cidadãos saúde. Não pode o legislador estadual querer restringir o princípio constitucional Republicano e Federativo, ao argumentar que um ente da administração Indireta tem competência natural e inequívoca do Poder Legislativo.

Mais do que assegurar que este Projeto de Lei siga seu trâmite nesta Casa a questão agora toma um fundo muito mais importante, que é resguardar e garantir o Poder de legislar da Assembleia Legislativa do Paraná. Infelizmente a questão é: a assembleia Legislativa entende que a lei federal que criou a autarquia dá a esta o poder de



legislar exclusivamente sobre determinado tema, ou se a Assembléia Legislativa entende que a atividade legislativa é natural e soberana do Poder Representativo do povo traduzido pelos seus deputados.

IV – Conclusão

Diante dos argumentos expostos e da clara necessidade de proteção aos cidadãos paranaenses, além do dever dos parlamentares em garantir instrumentos legais que promovam à saúde, deve o Projeto de lei em tela prosperar, seguir seu trâmite ao ser considerado constitucional e legal.

É o que se solicita e se entende por justo e digno dessa Casa.

Sala das sessões, 16 de agosto de 2011.

LUIZ EDUARDO CHEIDA
Deputado Estadual - PMDB

RELATOR: DEP. ELIO RUSCH

Parecer: Contrário – aprovado.

36- PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 016/11

Autor: Dep. Marcelo Raquel

Estabelece novos critérios para a criação de níveis na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. ELIO RUSCH

Parecer: Contrário – aprovado.

37- PROJETO DE LEI nº 518/11

Autor: Dep. Pericles de Mello

Declara de utilidade pública o centro cultural Hamaltá - centro de estudo e pesquisa da arte e cultura afro-brasileira

RELATOR: DEP. DUILIO GENARI

Parecer: Favorável – aprovado.

38- PROJETO DE LEI nº 543/11

Autor: Dep. Evandro Jr

Declara de utilidade pública a federação paranaense de balanismo, na cidade de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná

RELATOR: DEP. DUILIO GENARI

Parecer: Favorável – aprovado.

39- PROJETO DE LEI nº 548/11

Autor: Dep. Toninho Wandebere

Declara de utilidade pública a AMAS - Agentes Multiplicadores Ambientais para a Sustentabilidade, com sede e foro no município de Foz de Iguaçu

RELATOR: DEP. DUILIO GENARI

Parecer: Favorável – aprovado.

40- PROJETO DE LEI nº 575/11

Autor: Dep. Elio Rusch

Fica declarado de utilidade pública o Instituto Carlos Galera, com sede e foro no município de Itaipó

RELATOR: DEP. DUILIO GENARI

Parecer: Favorável – aprovado.

41- PROJETO DE LEI nº 576/11

Autor: Dep. Gilson Souza

Declara de utilidade pública o Instituto construído nos ruínas, com sede e foro no município de Curitiba - PR

RELATOR: DEP. DUILIO GENARI

Parecer: Favorável – aprovado.

42- PROJETO DE LEI nº 583/11

Autor: Dep. Elio Vezzi

Insiste a reconhecimento de utilidade pública estadual à agência de desenvolvimento ambiental, cultural e econômico liberdade indígena, com sede e foro no município de Maringá

RELATOR: DEP. DUILIO GENARI

Parecer: Favorável – aprovado.

43- PROJETO DE LEI nº 530/11

Autor: Dep. Stephanes Jr

Declara de utilidade pública estadual a Universidade Livre de Cultura - Unicoliana, com sede e foro no município de Curitiba Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. DUILIO GENARI

Parecer: Favorável – aprovado.

44- PROJETO DE LEI nº 510/11

Autor: Dep. Luiz Eduardo Cheida

Declara de utilidade pública a associação de pais, mestres e funcionários do Colégio Estadual Marcelino Champagnat, com sede e foro no município de Londrina - Estado do Paraná

RELATOR: DEP. DUILIO GENARI

Parecer: Favorável – aprovado.

45- PROJETO DE LEI nº 477/11

Autor: Dep. Pedro Lupion

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos de Ventania - AMAVE, com sede no município de Ventania e foro no município de Itaipó.

RELATOR: DEP. DUILIO GENARI

Parecer: Favorável – aprovada.

46- PROJETO DE LEI nº 465/11 – RECURSO CONTRA PARECER CONTRÁRIO

Autor: Dep. Luiz Eduardo Cheida e Dr. Batista

Proíbe a comercialização de cigarros com aditivos que dão sabores no Estado do Paraná.

NOVO RELATOR: DEP. CESAR SILVESTRI FILHO

Parecer: Contrário – aprovado.

Celine F. Gordin

Deputado Nelson Justus

Coordenadora Administrativa

Presidente

15/04/2011

Atos de Pessoal

Diretorias

EDITAL

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar Por Abandono de Cargo de nº 10.121 de 25 de maio de 2010, instituída pela Portaria de nº 019 de 23 de maio de 2011 e tendo em vista o disposto no artigo 329 § 2º da Lei 6174 de 16 de novembro de 1970, Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Paraná, CITA, pelo presente edital, JOÃO LEI AL DE MATOS, servidor desta Casa de leis, matrícula sob nº 40.108, lotado na Diretoria Geral, cargo de auxiliar administrativo, CPF/MF nº 499.937.980-01 e RG nº 3.495.376-3, para no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste, comparecer na sede do Comissão Permanente Por Abandono de Cargo, s/nº, Praça Nossa Senhora Soledade, s/nº, 3º Andar, na Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa do Paraná, a fim de apresentar defesa escrita, dentro de 10 (dez) dias a partir do último dia de publicação, no processo disciplinar a que responde, sob pena de revelia.

RUY CARNEIRO TEIXEIRA FILHO
 Presidente da Comissão Permanente
 Abandono de Cargo

15/12/2011



Dep. Luiz Eduardo Cheida e Dr. Batista

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº. 465/11
LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 01 JUN. 2011

1º Secretário

Súmula: *Proíbe a comercialização de cigarros com aditivos que dão sabores no Estado do Paraná*

Art. 1º - Fica proibida a comercialização de quaisquer cigarros que tenham aditivos para dar sabor, aroma ou equivalente, em todo o território paranaense.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, as empresas, fabricantes e os pontos de comercialização ficarão proibidos de dispor, vender e transportar cigarros que contenham sabores (aromatizantes), como os mentolados, de chocolate, morango entre outros.

Parágrafo único. Ficam também proibidos comerciais, cartazes, estandes, e outros meios de divulgação que contenham cigarros com aditivos de sabor.

Art. 3º - As pessoas jurídicas ou físicas que comercializarem cigarros que contenham os aditivos de sabor estarão sujeitas as seguintes penalidades:

- I) Apreensão de todo o estoque em desacordo com esta lei;
- II) Multa de 10 (dez) a 10.000(dez mil) Unidades de Padrão Fiscal do Paraná.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas ou físicas que forem reincidentes terão aplicação da penalidade prevista no inciso II deste artigo em dobro e triplo, sucessivamente, e estarão sujeitas a interdição do estabelecimento.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



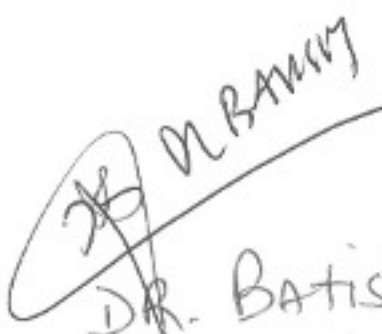
Art. 4º - A fiscalização e a aplicação das sanções ficará ao encargo da Secretaria de Estado da Saúde, e do Departamento de Vigilância Ambiental - DEVA, nos termos e atribuições previstos no inciso XIX do art. 2º do Anexo ao Decreto Estadual 777/07.

Art. 5º - Os estabelecimentos que comercializam cigarros terão o prazo de 60 (sessenta) dias para se adequarem a presente lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de junho de 2011.


LUIZ EDUARDO CHEIDA
Deputado Estadual - PMDB


DR. BATISTA
DEPUTADO ESTADUAL - PMN



JUSTIFICATIVA

"Como o tabaco tem um gosto ruim, esses aromas facilitam a iniciação ao cigarro. O aditivo é um truque sujo para conquistar os jovens". Esta afirmação é do Sr. Agenor Álvares, diretor da ANVISA (agência de Vigilância Sanitária), e com esta frase resume a intenção deste legislador em proibir os cigarros com sabores.

Anualmente o consumo de cigarros entre os adultos com mais de 30 anos vem decrescendo, e infelizmente o consumo de cigarros entre a população jovem vem aumentando, e estudos demonstram que um dos motivadores para o consumo juvenil é a adição de sabores aos cigarros.

Em 2007 23% da população brasileira era fumante, em 2010 este número caiu para 19%. Isto significa que aproximadamente 7,6 milhões de pessoas abandonaram o fumo (seja por morte, doenças ou por meios voluntários). Com esta queda os fabricantes investiram em novas apresentações, colorindo os cigarros e em especial adotando cigarros com sabores.

A estratégia parece que está dando certo, afinal dos fumantes brasileiros 36% tem entre 16 e 34 anos, sendo que 15% dos fumantes tem menos de 24 anos. Uma pesquisa realizada entre 2002 e 2005 apontou que 44% dos adolescentes e jovens fumam cigarros aromatizados.

Estudos recentes confirmam que os cigarros mentolados além de facilitadores da iniciação ao tabagismo, são considerados mais viciantes e, portanto, seus consumidores têm mais dificuldade de largar o cigarro. O mentol age como um analgésico, diminuindo a irritação na garganta e nos pulmões, e também potencializa os efeitos da nicotina, razões que comprovam seu perigo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 05

A ANVISA estuda medidas de proibir cigarros aromatizados, com esta lei o Paraná mais uma vez dará exemplo para o nosso país na promoção da saúde humana.